ATA

Sessão Ordinária de Fevereiro – 27FEV2026
N.º 06/2025-2029

Assembleia Municipal

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

ami@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

Data: 27 de fevereiro de 2026
Local: Salão Nobre dos Paços do Município.
Nos termos da alínea d) do artigo 26.º e dos números 1 e 5 do artigo 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Presenças
Mesa da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, Presidente da Assembleia Municipal; Domingas Maria Ramos Loureiro, 1.ª Secretária e Irene Maria Ribau Esteves Tavares, 2.ª Secretária.
Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PSD): Teresa Margarida Ferraz Alves, António José Flor Agostinho, Sofia Caçoilo Corticeiro, Matilde Figueiredo Marques Ferreira.
Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer' (UPF): José Manuel Figueiredo Pinto Reis, Pedro Cristo Graça, Maria Graça da Silva Oliveira, Rui Manuel da Rocha Rufino, Daniela Ribeiro Alegria, Paulo Sérgio Ribau Amarante e Claúdia Fernandes Reigota.
Grupo Municipal do Partido Socialista (PS): Sérgio Manuel de Jesus Lopes e António Pedro Oliveira Martins.
Grupo Municipal do Partido Chega (CH): Andreia Marisa Guerra Bento e Rui Daniel Sobral de Sousa.
Grupo Municipal do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS): António José Carlos Pinho e Carlos Pedro da Silveira Coelho Ferreira.

Deputados Municipais por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia: João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador - UPF), José António Falcão Ribeiro de Arvins (Freguesia da Gafanha da Nazaré - PSD), José Augusto Ribau Carapelho (Freguesia da Gafanha da Encarnação - PSD) e Daniela Apolinário Pimentel (Freguesia da Gafanha do Carmo - PSD).

Câmara Municipal de Ílhavo: Rui Manuel da Silva Pedro Moreira Dias, Presidente da Câmara e Maria Eugénia Martins Pinheiro, Vice-Presidente e Vereadora em regime de Permanência; João António Filipe Campolargo, João Diogo da Silva Semedo, Assunção Mariana Carlos Ramos (UPF) e Sónia Alexandra Fernandes Gomes (PS), Vereadores em regime de Não Permanência.

Substituições (validadas as justificações e confirmadas posições sucedâneas nas respetivas listas)

Grupo Municipal do Partido Socialista: Gabriel Almeida Fernandes substitui Luís Leitão de Figueiredo.

Ordem do Dia
Nos termos dos n.ºs 6 e 8, do artigo 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Ponto 1. **"Contratos Interadministrativos com as Freguesias - 2026"**.

Ponto 2. **"Abertura de procedimento para 'Prestação de serviços de fornecimento e transporte de refeições escolares e outras ao Município de Ílhavo'"**.

Ponto 3. **"Abertura de procedimento para 'Aquisição de serviços de higiene, de limpeza e desinfeção nos Pavilhões e Piscinas Municipais', por lotes"**.

Ponto 4. **"Abertura de procedimento para "Prestação de serviços de limpeza e higienização de sanitários públicos no Município de Ílhavo'"**.

Ponto 5. "**Designação do Coordenador da Comissão Eventual dos 50 Anos do Poder Local**".

Ponto 6. "**Demonstração do Desempenho Orçamental e da 1.ª Revisão onde se integra o Saldo de Gerência de 2025** ".

Ponto 7. "**Atividade municipal de 1 de novembro de 2025 a 31 de janeiro de 2026**".

Ponto 8. **"Transferência de Competências no Domínio da Ação Social - Atualização anual da verba dos protocolos para o exercício das competências transferidas ao CASCI e à Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo**".

Ponto 9. **"Delegação de Competências na área da Educação - 2026**".

Ponto 10. **"Relatório do ponto de situação da manutenção e conservação de equipamentos/edifícios municipais**".

Ponto 11. **"Constituição de uma Comissão Eventual de acompanhamento dos projetos financiados ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência**". Proponente: Grupo Municipal Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer'.

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte a gravação vídeo)

Às 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Da Assembleia Municipal
Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Muito boa noite, caras e caros deputados. Boa noite ao executivo aqui presente. Boa noite ao público aqui presente também nas galerias. Sejam todos bem-vindos e uma saudação também a todos aqueles que nos seguem em casa. Sejam todos bem-vindos à sessão ordinária de fevereiro. Vamos começar por fazer a chamada e, portanto, vou pedir à nossa segunda secretária que proceda com a mesma.»

Presenças / Quórum

Da Assembleia Municipal
Segunda-Secretária da Mesa, Irene Maria Ribau Esteves Tavares:
«Boa noite a todos.»
(leitura da lista de presenças e substituições).

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata.

Interpelação à Mesa

Da Assembleia Municipal
Pedro Martins, Grupo Municipal do PS:
«Boa noite a todos. É uma interpelação à mesa que tem a ver com a ordem de trabalhos e, portanto, não me quero alongar porque não há necessidade disso, apenas para definir duas

questões. Uma primeira é que gostaríamos, não visamos alterar a ordem, mas gostaríamos mais uma vez de sublinhar este aspeto que é o da atividade municipal ser relegada muito para baixo, passe a expressão, da ordem de trabalhos.
Entendemos que é um ponto, digamos assim, do ponto de vista político, o ponto mais relevante que temos normalmente nos trabalhos da Assembleia Municipal e entendemos que devia merecer um ponto cimeiro, devia merecer outra atenção, a não ser quando comprovadamente haja assuntos que tenham urgência em serem deliberados aqui na Assembleia Municipal.
É um aspeto que gostaríamos que a mesa tomasse a devida atenção para o futuro.
Por outro lado, o ponto 10 não tem documento, não tem documentação.
Portanto, não tendo documentação nós íamos pedir para retirar o ponto desta ordem de trabalhos. É só. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Muito obrigado, senhor deputado.
Relativamente à ordem da dos pontos na ordem do dia, foram assim solicitados pela Câmara Municipal. Eh, acreditamos que não são pontos e extensos de discussão extensa e como tal a mesa da assembleia anuiu esse pedido da Câmara Municipal.
Relativamente ao ponto 10, relatório de ponto de situação da manutenção e conservação de equipamentos e edifícios municipais, é verdade, nós não temos nenhum documento.
Acredito que a Câmara no seu momento irá justificar e porque não disponibilizou nenhum, nenhum documento, não é? Portanto, eu acho que é prematuro retirar o ponto neste momento, não é? Eh, quando chegarmos ao ponto 10, não é para hoje, com certeza, quando chegarmos ao ponto 10, com certeza que a Câmara irá justificar por que razão é que não apresentou qualquer documento.»

Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD)

Aprovação de Atas

Da Assembleia Municipal
Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Muito bem, vamos começar pela aprovação das atas.
Aprovação da ata número 3-2025/229 referente à primeira reunião da sessão ordinária de dezembro 2025 realizada no dia 29 de dezembro. Portanto, e pergunto se há alguma observação, alguma intervenção para eh comentar e esta esta primeira ata. Ata número três. Não.
Então vamos colocá-la a votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Ata 3 foi aprovada por unanimidade.
Passamos para a aprovação da ata 4 do mandato 2025/2029 referente à segunda reunião da sessão ordinária de dezembro de 2025 realizada no dia 30 de dezembro. Portanto, pergunto se há alguém que se queira inscrever eh para eh comentar esta ata? Não, não há inscrições. Portanto, vamos colocar à votação quem vota contra, quem se abstém. Portanto, a ata número 4 do presente mandato foi aprovada por unanimidade.
Quem vota contra. Quem se abstém? Ata número 4 foi aprovada por unanimidade.»

Expediente

Da Assembleia Municipal
Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Relativamente ao a expediente:
- a mesa recebeu uma proposta de um munícipe para voto pesar remetida para os líderes dos grupos municipais;
- comunicação diversa ordinária da ANAM, como informação, ações de formação ou solicitações de divulgação, como por exemplo o jogo didático sobre os 50 anos da Constituição da República Portuguesa;
- um convite para a exposição de um munícipe sobre o estado da comunicação social local;

- vários convites das associações do município para ações de comemoração de aniversário ou de tomada de posse;
- relatório anual da CPCJ de Ílhavo;
- convites dos agrupamentos de escolas, como por exemplo a cerimónia de entrega de diplomas de mérito no agrupamento de escolas de Ílhavo ou a iniciativa a Assembleia Municipal Vem à escola, do Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré;
- conhecimento à mesa da Assembleia Municipal de uma exposição endereçada ao executivo municipal sobre a piscina municipal da Gafanha da Nazaré;
- pedido de colaboração para preenchimento de inquéritos estratégias de aproximação das assembleias municipais aos cidadãos remetida a todos os deputados municipais;
- envio dos convites para as terceiras jornadas do poder local;
- vária troca de informação com a CCDR Centro sobre o processo de eleição do presidente da CCDR.
E portanto este foi o expediente.»

Intervenção do Público

Da Assembleia Municipal
Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Passando agora aqui para o momento da intervenção do público, pergunto se alguém que se encontra nas galerias tem interesse em usar a palavra. Portanto, temos 3.
Só relembrar que este período tem o limite de 5 minutos por intervenção.
Solicita-se que a mesma se centre sobre assuntos diretamente relacionados com a vida municipal e que seja apresentada de forma mais sucinta possível.
Vamos começar então por esse lado, por favor. Sim. Informar também que os senhores que vão utilizar aqui da palavra, terão que assinar um termo de permissão de utilização de imagem ao obrigo do RGPD.»

Do Público
Munícipe, Sérgio Sarabando:
«Boa noite à mesa, boa noite ao executivo, boa noite os caros colegas, boa noite ao público e a quem nos está a ouvir lá em casa.
Senhor presidente, eh falamos um dia e disse-nos que ia disse-me que ia diminuir as lombas, mas elas continuam a aumentar. É para continuar com este ritmo aumentar lombas ou para diminuir? É porque quem trabalha e circula, tipo, a fazer biscates, que eu faço além de construção, muita manutenção, passo muitas horas na estrada e é um, com licença, é um incómodo muito grande.
Quero perguntar ao senhor presidente se a empresa que fez o saneamento se vai libertar a caução, se vai obrigá-los a fazer reparação, porque Ílhavo tá a cair, é só poços no nas ruas, não temos uma única rua em condições. Houve muita gente a alertar. Eu pessoalmente alertei que não havia fiscalização nas obras de saneamento e é certo é que nota-se a ausência de fiscalização ainda hoje.
Temos muitas ciclovias, mas não servem para nada que os ciclistas continuam a andar nas vias do dos carros. Eh, se não houver uma obrigação para os ciclistas andar nas ciclovias, é escusado obrigar-nos a gastar tanta dinheiro em impostos. H, só para fazer bonito não adianta fazer ciclovias. Era só isso. Obrigado.»

Munícipe, Jorge Branco Almeida:
«Muito obrigado, senhor presidente da Assembleia Municipal, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados, caros munícipes aqui presentes e a todos aqueles que nos seguem via streaming. Muito boa noite.
É, pois, com muito orgulho poder dirigir-me a Vossa Excelência, senhor presidente, e a toda a assembleia, trazendo um contributo construtivo para ajudar na construção, passo o pleonasmo, de uma comunidade mais inclusiva, forte e melhor preparada para os desafios do futuro.
Antes de iniciar, gostaria, no entanto, de realizar uma declaração de interesse e afirmar que esta intervenção não representa qualquer movimento ou partido político. Reflete apenas e só o meu compromisso enquanto cidadão, pai e membro de algumas abordar este tema com a

elevação e responsabilidade que este merece. Este é assumidamente o ano dedicado à educação no nosso concelho.
De acordo com as grandes opções do plano 2026 da Câmara Municipal de Ílhavo, o executivo afirma o seu compromisso com o desenvolvimento de políticas públicas que valorizem as pessoas, promovam a qualificação e reforcem a coesão social. É precisamente com este espírito que enquadro esta intervenção. Falar de inclusão é falar da concretização desses princípios.
É garantir que a educação, enquanto pilar estruturante da nossa comunidade chega verdadeiramente a todos, sem exceções. Quero começar por reconhecer, com profundo respeito, o trabalho consistente e extraordinário desenvolvido pela equipa da ERBAS. Ao longo dos anos, esta equipa tem sido, de facto, um exemplo de dedicação, competência e visão, promovendo a educação biling e defendendo a língua gestual portuguesa como instrumento essencial de igualdade e cidadania.
O seu trabalho honra o nosso concelho e demonstra que quando há compromisso há resultados. Contudo, a inclusão é um processo contínuo, exige atualização, reforço de meios e uma ambição alinhada com os desafios atuais. Permitam-me, por isso, apresentar algumas propostas muito concretas. Em primeiro lugar, o reforço do número de intérpretes de língua gestual portuguesa nas escolas do nosso concelho.
A presença destes profissionais é determinante para assegurar o acesso pleno ao currículo, à participação nas atividades escolares e à construção de relações sociais saudáveis. Investir em intérpretes é investir no sucesso educativo e em igualdade igual de oportunidades. Em segundo lugar, proponho o reforço do apoio psicológico especializado.
Crianças e jovens surdos podem enfrentar desafios específicos ao nível da comunicação, da autoestima e da integração social. O maior número de psicólogos com formação e sensibilidade para esta realidade permitirá uma intervenção preventiva, promotora de bem-estar emocional e estabilidade ao longo do seu percurso escolar.
Em terceiro lugar, considero essencial melhorar a sinalética nas escolas, sobretudo no que respeita à prevenção de acidentes e às medidas de evacuação. Uma escola verdadeiramente inclusiva deve garantir que, em situações de emergência a informação é acessível a todos. Sistemas visuais de alerta, sinalização clara e planos deção adaptados não são apenas medidas técnicas, são um dever de responsabilidade institucional.
Por último, gostaria ainda de propor que esta Assembleia Municipal possa contar de forma regular com um intérprete de línguas gestual portuguesa nas suas reuniões. Ao fazê-lo, estaríamos a afirmar que a nossa participação cívica é um direito universal. Estaríamos a reforçar igualmente a transparência e a proximidade e a democracia inclusiva que desejamos para o nosso concelho.
A promoção da língua gestual portuguesa deve também ultropassar o espaço escolar, isto é, ações de sensibilização na comunidade, formação básica para funcionários municipais e iniciativas públicas de valorização da diversidade linguística podem consolidar uma cultura de respeito e inclusão. Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, as propostas que aqui apresento estão alinhadas com o compromisso assumido pelo executivo de valorizar as pessoas e investir na educação como motor de desenvolvimento.
Não representam apenas um encargo financeiro, representam um investimento estratégico na coesão social, na prevenção, na segurança e na qualidade das políticas públicas. A inclusão não é teoria, é prática, é decisão, é vontade política. Estou convencido de que com o empenho do executivo e o contributo responsável desta assembleia, poderemos reforçar o posicionamento do município de Ílhavo como referência de inclusão, humanismo e visão de futuro.
Que este ano dedicado à educação seja também um ano em que damos um passo firme e estruturante na promoção da língua gestual portuguesa e que possa consolidar uma comunidade verdadeiramente acessível a todos. Muito obrigado.»

Munícipe, António Carlos Silva:
«Boa noite à mesa. Boa noite, senhor presidente. Boa noite à Câmara e seus vereadores. Boa noite, senhores deputados, público e quem nos vê lá em casa. Eu hoje venho aqui a elogiar a Câmara.
Não é a primeira vez que o faço, porque na última reunião de câmara trouxe um assunto que era, eh, digamos perigo na estrada e a Câmara não demorou 24 horas a resolvê-lo. Parabéns, senhor presidente, e à equipa. a um assunto muito importante que eu já trouxe aqui e não só aqui à assembleia, mas também à à câmara, à reunião de câmara, que é de facto a anarquia que este concelho tem, a câmara tem e que não vê forma de o resolver.

Os deputados aqui presentes, desde que eu os acompanho, não dão sinais de que querem resolver o problema. Pelo menos é essa a visão e e o entendimento que eu tenho. E não sou só eu, é são muitos munícipes, muitos munícipes, assim o dizem, que não percebem e daí sofrem as consequências da injustiça. Quem sabe aproveita-se, quem não sabe penaliza-se. E isto em democracia não é aceitável porque estamos a falar de bens públicos, de assunto público. Portanto, o que é que se passa, o que é que se continua a passar? Temos aqui esta avenida com estacionamentos anárquicos e que se tem a manter. A Câmara diz que já o disse que está em vias de resolução, mas até hoje nada.
Há quem diga que é um problema da justiça, mas eu compreendo que é um problema nosso, não é da justiça. Eu não conheço a justiça de lado nenhum. Eh, tenho o gosto de vos conhecer a vocês, mas a justiça não conheço. Portanto, somos nós os, digamos, faltosos para não sermos capazes de fazer cumprir, de cumprir e fazer cumprir.
Eu há uns meses assisti a um movimento de pessoas no momento daqueles que eu não gostaria de ver, não foi não foi bonito ver, estavam pessoas ali na travessa, ou melhor, na rua do antigo mercado, que tinha lá os carros estacionados e que não tinham posto lá o dinheirinho do tiquê e dizia-se que a GNR ia lá multar.
Naquele momento incrível apareceu a GNR porque houve uma chamada de alguém que queria sair com o carro da escola de condução que tem lá, portanto, lugar e não podia estava lá um carro estorvar e e a GNR veio lá para esse fim. As pessoas foram a correr tirar os carros, pensavam que já estavam multadas. Portanto, ali há o gato e o rato, como nós costumamos dizer.
E daí para cá passaram-se mais meses, alguns bons meses, talvez até mais de um ano, eh, já não me recordo bem. Mas o que é certo é que esta imagem me entristece. Entristece-me porque eh leva a que as pessoas que vêm e que participam nisto dizem aquilo que dizem dos políticos. não fazem, dizem que fazem, são isto, são aquilo, são aqueles nomes que ninguém gosta de de ter colado e que, infelizmente, os políticos da nossa da nossa praça e do nosso Portugal e, enfim, parece que lutam mais por isso e e por pelos palcos do que lutam para resolver o problema das pessoas, mas pronto, são as pessoas que somos. E, e portanto eu pergunto-me, senhor presidente da Câmara, como é que está o assunto da rua do antigo mercado, em que eu próprio fui consultar há anos, há 2 anos, o o contrato e não está mencionado. E, portanto, o que é que me espantou agora? Vejo que há lá um uma estação de carregamento elétrico.
Não sei de quem é, não sei se é da Câmara, não sei se é do explorador. O que é certo é que continuam uns a pagar, outros não. E alguma algum alguma, digamos, alguma titularidade daquele lugar tem que haver. Ou é da Câmara ou é da empresa. O contrato não consta. pelo menos no meu entender, foi assim que eu vi e por duas vezes fui à Câmara por duas vezes ver o contrato.
E, portanto, o que é que o que estou aqui a dizer é são factos. Não, não é a minha opinião. Eu não estou aqui a dar opinião sobre o que é que aquilo deve ser. Não é que não consta. Eu li, eu vi e, portanto, não consta. as pessoas continuam a serem injustiçadas e nós chegamos sempre a esta conclusão que é triste. Eh, sensibilidade ou falta dela, em muitos casos é falta dela.
Desculpem ser tão frontal, mas em questões políticas eu acho que não devemos deixar passar. Muito obrigado. Boa noite.»

<u>Da Assembleia Municipal</u>
Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Vamos só esperar que o senhor António Carlos Silva chegue às galerias. Já deve estar a chegar. Muito bem, senhor presidente. Boa noite. Tenha palavra, por favor.»

<u>Da Câmara Municipal</u>
Presidente do Executivo, Rui Dias:
«Muito boa noite a todos. Dar nota do seguinte. O período de intervenção do público na Assembleia Municipal destina-se ao público partilhar com a Assembleia Municipal as suas inquietações e as questões que eventualmente queira colocar por via da Assembleia Municipal à Câmara Municipal e para colocar perguntas à Assembleia Municipal.
Há um período antes da ordem do dia, por acaso não é antes da ordem do dia, é a meio da ordem do dia, nas reuniões de Câmara Municipal em que os munícipes podem participar e colocar questões diretamente à Câmara Municipal. Portanto, eu entendo que este período não é destinado exatamente a que o público coloque questões à Câmara Municipal, mas eh

faça reflexões como aqui foram feitas ou partilhe por via do da mesa da Assembleia Municipal algumas questões que queira depois colocar à assembleia municipal.
Mas sempre juízo deste meu entendimento para não dececionar ninguém que aqui veio colocar questões, vou responder ao senhor Sérgio Sarabando, agradecer as reeleções que fez, dizer que eh teremos falado sobre as questões da das lombas e sobre muitas outras questões de gestão do espaço público, nomeadamente do estacionamento. Mas a e qualquer alteração que viemos a fazer nesta matéria tem a ver com a auscultação mais profunda que temos que fazer dos cidadãos.
A sensação que temos hoje é que aqueles que têm lombas à porta querem que se tirem e aqueles que não têm querem que se ponham. Portanto, isto basicamente o a operação vai consistir em tirar as que estão e e pô-las noutro sítio onde as pessoas as querem. Eh, mas ainda não tivemos oportunidade de fechar tecnicamente esse dossiê que tem que passar naturalmente pela Comissão Municipal de Segurança, pela Comissão Municipal de Trânsito e, portanto, a seu tempo, essa questão será tratada, mas em 3 meses não conseguimos fazer tudo e esse foi um dos um dossiers que ainda não conseguimos tratar. Em relação à libertação da relação do saneamento, eu não sei exatamente a que operação de saneamento é que se está a referir, mas a contratação pública das empreitadas. pressupõe de facto que haja um valor que fique retido do pagamento da empreitada, precisamente para que eh com esse valor que não é entregue ao empreteiro do valor total da empreitada, possam ser feitas as reparações que venham a ser necessárias.
Na fase final da empreitada há uma fase de receção provisória, depois uma fase de receção definitiva da obra. Quero crer que em relação a esse caso que me está a falar, se apresenta esses defeitos todos, a obra não terá sido ainda recebida pela Câmara Municipal e, portanto, o valor da caução está cá na casa para ser usado, se necessário, para fazer essas essas reparações.
Em relação à às ciclovias, se as pessoas têm ciclovias e andam na rua, isso é uma questão de educação e isso é um processo que é mais longo de percorrer. Nós dedicamos, de facto, este ano à educação, mas as pessoas que viermos a educar este ano se calhar ainda não vão produzir grandes resultados nas ciclovias nos tempos mais próximos.
Mas de qualquer forma, esta é uma questão que vamos ter que ir gerindo com o tempo, tentando educar as pessoas para que, de facto, usem bem as ciclovias, que as pessoas que andam a pé não usem as ciclovias para quem quer andar de bicicleta anda de de bicicleta na ciclovia. Mas basicamente isto é uma questão de de educação, de respeito uns pelos outros e nalguns casos de legalidade que depois as autoridades terão que que regularizar.
Em relação ao nosso munícipe Jorge Almeida, veio dirigir também ao presidente da Mesa um contributo que agrade enfim que suponho que o senhor presidente quererá agradecer, mas em relação aos intérpretes de língua gestual na Assembleia Municipal. Eh, essa é uma questão da gestão da da operação da Assembleia Municipal que cumpre a quem lidera a assembleia municipal, que é o senhor presidente, avaliar se isto é apenas uma opinião, se tem alguma consistência técnica que justifique, de facto, que a Assembleia Municipal passe a ter um operador de um intérprete de língua gestual a acompanhar-nos.
Senhor Carlos Silva, agradecer o agradecimento que nos deixa, não tem que nos agradecer fazermos a nossa, os nossos deveres, a nossa obrigação. A nossa obrigação é fazermos aquilo que que tem que ser feito. Em relação aos estacionamentos anárquicos na avenida a 25 de abril, a de facto a referiu que está em curso um processo de revisão do do estacionamento e está de facto em revisão o processo de de estacionamento da do centro da cidade, quer do daquele lado da 25 de abril, quer depois do lado aqui da rua eh Dr. Celestino Gomes e que tem a ver com o facto de temos que proporcionar lugares de estacionamento de cargas e descargas aos operadores comerciais que aqui estão. Dois aqui do lado da Avenida 25 de Abril, um aqui junto às pastelarias e outro mais à frente junto aos supermercados e depois do lado da rua Dr. Celestino Gomes também junto ao centro comercial e aos operadores comerciais que lá estão. Nós para fazermos essa operação vamos ter que retirar alguns lugares de estacionamento deste lado. Como sabe, os lugares de estacionamento estão concessionados todos, quer os lugares de estacionamento no parque de estacionamento, quer os lugares de estacionamento à superfície, estão todo todos concessionados ao operador que gera o parque de de estacionamento, que é o consórcio que fez o centro e cultural de Ílhavo, a Casa da Cultura, agora chamada Casa da Cultura. E, portanto, isto significa ter que retirar alguns lugares de estacionamento deste lado que vamos ter que compensar daquele e nós já temos um acordo com a empresa para podermos fazer esta operação e agora estamos na fase da contratação pública para executar essa empreitada que dentro de dias começará a a ver a luz a luz do dia.

A a fiscalização da das infrações rodoviárias pertence à GNR e não a nós. E, portanto, nós não podemos, de facto, fiscalizar a as infrações rodoviárias. A Câmara tem um conjunto de fiscais, uma unidade de fiscalização que fiscaliza uma série de infrações e de irregularidades, mas as do trânsito estão cometidas à GNR e, portanto, é a GNR que tem que avaliar-se essa infração de não colocar a moeda no parcómetro quando é devida a o pagamento tem que ser feita por via. da GNR.
Há um modelo que permite a operadores privados fazerem esta operação. A a a entidade gestora do estacionamento tem vindo a conversar connosco nesse sentido, no sentido de se poder habilitar uma empresa tipo a EMEL para vir a fazer este esta fiscalização. E nós estamos perfeitamente disponíveis para acolher essa solução, porque acho que disciplinar o estacionamento é é tão importante e tão útil como a gestão de qualquer outro aspecto da vida da nossa da nossa cidade.
Em relação a esse essa questão do carregamento elétrico, eu não sinceramente não sei eh qual é a situação desse desse posto de carregamento elétrico. Sei que o executivo anterior dotou o município de uma rede de postos de carregamentos elétricos e fez bem, fez bem eh porque acompanha a modernidade dos tempos, as novas necessidades de quem de quem cada vez mais compra e compra veículos elétricos.
Suponho que terá feito também bem o processo de de gestão do do estabelecimento desses postos de carregamento. Confesso que não sei se estava convencidíssimo que que essa situação estava regularizada, mas posso verificar e depois noutra oportunidade dar-lhe-ei notícias sobre isso. Muito obrigado, senhor presidente.»

Interpelação à Mesa

<u>Da Assembleia Municipal</u>
Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Temos uma interpelação à mesa, duas interpelações. Sérgio Lopes, por favor.»

Sérgio Lopes, Grupo Municipal do Partido Socialista:
«Senhor presidente da Assembleia, senhores deputados, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores. Eu venho aqui porque nós, apesar de de ainda só estarmos com 4 meses de mandato, a verdade é que eh nunca parece que nunca é cedo para que um presidente de câmara se canse do papel fiscalizador da assembleia municipal.
A assembleia municipal tem o papel, entre outros, de fiscalizar o trabalho da Câmara. E o período de intervenção do público serve para que o público dê o seu contributo para esse trabalho de fiscalização da Câmara. Ora, a fiscalização do trabalho da Câmara não se faz sem o questionamento à Câmara Municipal. E, portanto, do ponto de vista da filosofia política, isto parece-me evidente, senhor presidente da Assembleia Municipal, e eu peço-lhe que o transmita ao senhor presidente da Câmara, ao senhor presidente da Câmara, que para além de ser um político experimentado, é um homem das normas. E, portanto, eu presumia que conhecesse o regimento da Assembleia Municipal, que diz que no seu artigo 51º que o uso da palavra é concedido ao senhor presidente da Câmara Municipal no período da intervenção do público para prestar os esclarecimentos que lhe foram solicitados pela mesa na sequência da intervenção de um munícipe.
Portanto, espantou-me, senhor presidente da Assembleia Municipal, espantou-me e peço-lhe que transmita ao senhor presidente da Câmara este espanto da Assembleia Municipal, que o senhor presidente da Câmara, 4 meses depois do início do mandato, o senhor presidente da Câmara prefere falar em dias, deve ser uma questão também de cartão de cidadão.
Eu prefiro falar em meses, prefiro a terminologia dos meses. a apenas 4 meses depois do início do mandato já esteja cansado de responder aos munícipes. E, portanto, espantou-me, chocou-me.
Depois, por outro lado, queria aproveitar para dizer, senhor presidente, que a elaboração da ordem do dia não está à descrição da Câmara Municipal, a elaboração da ordem do dia é da competência da mesa da assembleia municipal e a existência de um relatório para conhecimento da assembleia municipal pressupõe a existência de um documento que não existe. Não existindo o documento no dia 24 de fevereiro, neste caso, não existe ponto e por nós não existirá ponto. Portanto, não preciso de esclarecimento nenhum do presidente da Câmara sobre a inexistência do documento, porque eh não haverá ponto. Muito obrigado.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer':
«Boa noite, senhor presidente. Reiterando tudo aquilo que foi dito pelo deputado Sérgio Lopes, eh, esperava que fosse o senhor presidente a ter tomado essa iniciativa de ter alertado o senhor presidente daquilo que é o regimento desta assembleia. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Muito bem. Antes de responder às interpelações, dar aqui uma satisfação ao cidadão Jorge Branco Almeida, relativamente às à possibilidade de nós começarmos também a transmitir com linguagem gestual. Isso foi um tema já informalmente eh abordado com com o Agrupamento de Escolas de Ílhavo e estamos a avaliar e com certeza iremos iremos fazer tudo para que eh seja possível dentro do do dentro do tempo que também e eh for necessário para a implementação. Muito obrigado pela participação e pela e pela proposta.
Relativamente às interpelações, acho que está claro no artigo 52º e também no e as as intervenções e são apresentadas à mesa da Assembleia Municipal, só que, no entanto, no ponto 4 do artigo 74, terminado o período fixado, no termos número um, a mesa da assembleia ou a Câmara Municipal dão resposta às perguntas formuladas e, portanto, como se tratam de assuntos que a mesa não está capacitada para dar resposta, a mesa convida, senhor presidente da Câmara a responder. Agora a Câmara Municipal lá dirá se vai responder ou não. E, portanto, esse é o entendimento da mesa da assembleia da assembleia municipal.
Como o senhor presidente foi avisado, não sei se quer dizer algo sobre este assunto ou se quiser defender a honra.»

Da Câmara Municipal
Presidente do Executivo, Rui Dias:
«A bem da clarificação, eu nunca me sinto desonrado pelos senhores deputados da Assembleia Municipal, podem estar estar descansados em relação a esse detalhe. Agora, em relação à interpretação que faço do do regimento da assembleia ou do regulamento da assembleia municipal, eh quero só manter aquilo que que disse, porque eh na nos termos do artigo 51 diz é exatamente isso que eu a intervenção que eu tenho é que o presidente da Assembleia Municipal responde aos munícipes se esses esclarecimentos lhe forem solicitados pela mesa da Assembleia Municipal. Foi isto que eu disse, não foi mais do que isso. Além disso, e como disse o senhor presidente e bem, há de facto situações em que eh não constando da ordem de trabalhos eh as matérias que com que podemos ser surpreendidos e bem pelos eh pelo público, nós não possamos responder eh na Assembleia Municipal ao Público.
É só isso. E, aliás, eu respondi ao público, como sempre respondi, fiz uma nota sobre a minha interpretação do regulamento.»

Da Assembleia Municipal
Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Muito obrigado, senhor presidente. Nós vamos continuar aqui na mesa a fazer exatamente aquilo que sempre fizemos, que é receber o público, receber as suas intervenções.
Sempre que nos for possível esclarecer, iremos esclarecer. Sempre que não nos for possível, iremos convidar a Câmara Municipal a esclarecer o público. Muito obrigado.»

Votos de Louvor e de Pesar

Da Assembleia Municipal
Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Vamos passar aos votos de louvor ao pesar.
A mesa eh recebeu um voto de louvor, portanto é uma proposta do PS, voto de louvor a Eduardo Feio pelo período como presidente da administração do Porto de Aveiro.
Antes da leitura e e da votação, pergunto se algum dos outros grupos pretende subscrever este voto de louvor. Portanto, todos os grupos, portanto, por unanimidade… o Chega, não. Portanto, este voto de louvor é subscrito por todos os grupos municipais, com exceção do Chega. E, portanto, vamos pedir à nossa primeira Secretária Domingas Loureiro, que proceda com a leitura deste voto de louvor.»

Primeira Secretária da Mesa, Domingas Loureiro:
(Efetuada a leitura do Voto de Louvor que se encontra apenso à presente Ata)

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«O voto de louvor foi proposto pelo grupo municipal de Partido Socialista, pelo Partido Social-Democrata, pelo e pelo CDS. Pergunto se alguém quer e fazer comentário este voto lavor. Muito bem, então vamos votá-lo. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, o presente voto de louvor a Eduardo Feio pelo período como presidente da administração do Porto de Aveiro foi aprovado por maioria com a abstenção de dois votos dos deputados do Chega.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Chegou à Mesa também um voto de Pesar proposto pelo grupo municipal do PSD pelo falecimento da professora e ex-autarca Irene Ribau. Eh, antes de ler o voto, pergunto se alguns dos outros, algum dos grupos quer subscrever este voto de pesar. Portanto, o voto pesar está subscrito por unanimidade e vou pedir à primeira secretária que proceda com a leitura do do mesmo.»

Primeira Secretária da Mesa, Domingas Loureiro:
(Efetuada a leitura do Voto de Pesar que se encontra apenso à presente Ata)

Daniela Alegria, Grupo Municipal Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer':
«Boa noite a todos. Eh, são poucas as palavras para homenagear aquela que foi uma grande mulher. E, portanto, ontem resolvi redigir aqui algumas palavras que eu gostaria de interessar. Irene Ferreira Nunes Ribau Esteves foi mais do que uma eleita local. Foi uma mulher que ousou liderar quando quase não havia mulheres nos lugares de decisão. Num tempo em que a política era maioritariamente masculina, teve a coragem de avançar e de permanecer. na Gafanha da Encarnação deixou uma marca profunda.
Foi a primeira mulher a exercer cargos autárquicos de liderança no município de Ílhavo, presidindo à Junta de Freguesia entre 1983 e 1993. Serviu com visão, firmeza e um compromisso inabalável com a sua comunidade, continuando, pois como secretária e tesoureira. O seu legado mede-se em obras e oportunidades. Lutou pela construção do centro de saúde do salão cultural, pelo reforço das escolas existentes e com particular determinação pela criação da escola do segundo e terceiro ciclos, hoje integrado no agrupamento de escolas da Gafanha da Encarnação. quando o apoio faltou, não recuou. defendeu pessoalmente a necessidade dessa escola, garantindo futuro não só à gafanha da encarnação, mas também à gafanha do carmo. Mãe, mulher e mãe de cinco filhos, conciliou família e vida pública com trabalho, coragem e visão. Mostrou que a liderança não depende do género, nem da geografia, mas de caráter e compromisso.
Num tempo em que muitas mulheres eram remetidas ao silêncio, ela foi voz. Num tempo de hesitação avançou, num tempo de dúvidas provou. Honrar Irene é reconhecer que a democracia também se constrói com coragem feminina. O seu legado vive nas instituições que ajudou a erguer e nas gerações que dela beneficiaram. Com ela levou os seus, os nossos e os vindouros. Obrigada, professora Irene.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do Partido Socialista:
«Muito obrigado, senhor presidente. Não, eu só queria eh partilhar com todos aquilo que estava até a comentar com o membro da assembleia, o Flor Agostinho.
Este voto pesar é na verdade uma homenagem, um elogio fúnebre, por assim dizer, eh, eh, que não nos deixa mais nada a dizer. Efetivamente, eu até gostava de de felicitar quem redigiu este voto de pesar, a porque no fundo honra verdadeiramente a vida da professora Irene, da dona Irene, que penso que todos ou quase todos nós conhecemos.
E, portanto, não há mais nada a dizer sobre a vida da professora Irene, a não ser a as memórias que alguns de nós têm eh e o exemplo que ela deixou. e nós podermos ter tido a felicidade também de nalguns momentos termos partilhado a vida com a a professora Irene e que eh o exemplo está aí, aliás, também nos filhos que que que seguiram também uma vida eh político-partidária e política, como é aqui o caso da do membro da mesa da assembleia, a Irene, e, portanto, acho que está tudo dito e não há mais nada a dizer. Portanto, nós o nosso alinhar com este voto pesar, a nossa subscrição é uma subscrição com sentimento e eh respeitando a memória da professora Irene.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do Partido Social Democrata:
«Caro presidente da Mesa da Assembleia. Excelentíssimas secretárias, caro presidente da câmara, cumprimento os todos os deputados do executivo, caros e caras eh deputados e deputadas, eh membros que nos acompanham, cidadãos.
Eu não trouxe nada preparado, não trouxe nada escrito, mas vou falar de coração. A dona Irene Ribau foi das primeiras pessoas que me abraçou, não sendo eu originária do município, que me abraçou como uma filha da terra. Isso não tem palavra, tem várias palavras. Tem gratidão, tem respeito, muita honra em ter conhecido, um prazer enorme de de ter vivido o sorriso da dona Irene, a honra de conhecer os filhos, a honra de conhecer os seus netos.
Espero que venham bisnetos, etc, etc. Todos estão no meu coração. Eles sabem que sim, mas acima de tudo, eh, não é uma mulher que se afirmou no mundo dos homens, porque as mulheres afirmam-se porque os homens também estão a parte das mulheres. Os homens também acompanham as mulheres. E a dona Irene foi exemplo disso pelo companheiro que escolheu para a sua vida e pelos filhos que sejam homens ou mulheres teve. E exemplo que também deu aos seus netos e sei que será preservado eternizado na pessoa e no relacionamento e acima de tudo além daquilo que construiu a humanidade, a humanidade e a capacidade e a frontalidade de dizer de facto tudo vale a pena quando a alma não é pequena. Muito grata, Irene Ribau.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do Partido Social Democrata:
«Boa noite a todos. Só venho aqui dizer duas palavras. Eu tive o privilégio e a honra de conhecer a dona Irene em 1986. E desde 1986 até há muito poucos anos, tive o privilégio de acompanhar a atividade política da Zona Irene enquanto autarca e eu também quanto enquanto autarca e também na minha atividade e e dizer aquilo que já disse o Pedro, o voto reflete tudo.
O voto é um pouco histórico, faz a passagem por todas as fases da dona Irene, tudo o que ela foi para nós de ensinamento, de de diálogo, de conversa, de respeito. E quer dizer, tivemos as nossas desavenças. Recordo-me perfeitamente. Também colaborei no fornecimento dos dados quando foi para a criação da escola a da Gafanha da Encarnação.
Sempre tivemos um enfim um ótimo relacionamento e e ela é aquela mulher que, enfim, é a mulher que caracteriza as mulheres ilhavenses, não é? que educaram os filhos quando os pais ou quando os maridos andavam no mar de uma força, de uma, enfim, ultrapassava tudo. para ela não havia praticamente obstáculos.
E quer dizer, não há muito mais a dizer do que aquilo que nós podemos sentir, as recordações que temos dela, as participações que ela tinha nesta Assembleia Municipal, vinha sempre com o seu livrinho para levantar questões, vinha sempre com questões, com problemas para resolver, com dados que era preciso resolver na gafanha da encarnação.
Recordo-me perfeitamente, ficava nas cadeiras de trás e lá em cima na outra assembleia, levantando esses problemas que eram problemas sempre no interesse da sua população. Portanto, foi uma felicidade ter trabalhado com ela e com muitos de nós, como com vocês também. Fica para mim estas memórias que foram muitas, sinceramente foram muitas e depois dos filhos também. Muito obrigado, dona Irene.»

António Pinho, Grupo Municipal do partido do Centro Democrático Social:
«Muito obrigado, senhor presidente. Senhor presidente, senhor presidente da Câmara, caros membros do executivo, caros e deputados. Bem, obviamente que como já foi dito e apenas reforçar e deixar esta palavra de facto à à professora Irene e à família.
Já foi aqui referido que foi alguém deixou uma marca tão forte. Ainda há pouco tempo alguém dizia que a a escola da EB23 da Gafanha da Encarnação mudou radicalmente a a cultura, a forma de ser das novas gerações da gafanha da encarnação. E de facto são essas obras que perpetuam, não é? e num ano, enfim, que dedicado à educação, eu acho que, de facto, o exemplo e como o Pedro, deputado Pedro Martins muito bem referiu, de uma homenagem, que é de facto isso que fazemos aqui, homenagear uma vida, uma vida de serviço à educação, à comunidade, já foi referido e é verdade, até o próprio legado que deixou na sua família de participação cívica, de participação na comunidade, esse é também um legado. E eh a eu diria que a a justíssima homenagem da atribuição do nome eh à ao agrupamento de escolas da Gafanha da Encarnação e eh apenas apenas pecará por tardio, porque de facto eh era um era era algo óbvio, digamos assim, era algo óbvio que estava pela ação que teve direta não só na comunidade, mas na escola em si.
E, portanto, é uma justíssima homenagem que perpetua eh o nome da da professora Irene e mais uma vez meus sentimentos à em particular, obviamente à nossa colega Irene eh mas à comunidade também, à gafanha da encarnação e a todo o nosso concelho. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Vamos colocar então à votação o voto de Pesar.
Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, o voto de Pesar proposto pelo grupo municipal do PSD e subscrito por unanimidade pelo falecimento da professora e ex-autarca Irene Ribau Esteves foi aprovado por unanimidade.»

Segunda-Secretária da Mesa, Irene Maria Ribau Esteves Tavares:
«Queria em nome toda da nossa família agradecer todo os gestos eh todos da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal Jovem, da Junta de Freguesia, todos h que tiveram para com a minha mãe.
Deixo só um pensamento, saibamos honrar o lado de trabalho e de entrega que ela teve a pela sua terra, que também é nossa. Bem-hajam todos.»

Foi cumprido um minuto de silêncio em memória da Professora Irene Ribau Esteves.

Intervenções do PAOD

Da Assembleia Municipal
Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Vamos então entrar agora no período antes da ordem do dia. E, portanto, tendo a última reunião da Assembleia Municipal terminado com a participação do Partido Socialista, eh, portanto, o primeiro grupo ou o grupo a intervir pela em primeiro lugar neste período será ú para fazer e depois e iremos seguir esta esta ordem.
Portanto, o PS no primeiro ponto, o CDS no segundo e e assim consecutivamente. E, portanto, pergunto se existe alguma inscrição do Unir Para Fazer. Portanto, temos o deputado Rui Rufino e o deputado José Pinto Reis. PSD temos a deputada Sofia Corticeiro e Matilde Figueiredo. Do CDS temos o deputado António Pinho Chega não e do PS. Alguma inscrição? Temos o deputado Sérgio Lopes.
Então vamos então começar com as intervenções com o deputado Rui Rufino, por favor. O deputado Rui Rufino pediu e a possibilidade de projetar algumas imagens e, portanto, a mesa providenciou as condições para que isso acontecesse. E já está maximizado, já está. Vamos só aqui aguardar que os técnicos. Muito bem.»

Rui Rufino, Grupo Municipal Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer':
«Ora, boa noite a todos. Cumprimentar o senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, senhores vereadores, deputados aqui presentes, estimado público aqui presente ou em suas casas. Eu venho falar, como a própria imagem já sugere, da alteração efetuada no estacionamento na na Avenida João Corte Real, na praia da Barra.
Como é que estava o estacionamento definido? sendo uma rua com sentido único, o estacionamento estava em espinha ou na diagonal, como está a imagem ilustra a imagem de cima, de forma a facilitar o estacionamento em marcha atrás, fazendo-se a manobra em apenas 45º, facilitando também a saída de frente. Fazendo marcha atrás, era fácil sair de frente.
O que é que foi alterado por este executivo? Em vez da espinha ou diagonal, o também chamado oblíqua, o estacionamento passou a ser na perpendicular, obrigando a uma manobra com um ângulo de 90º. O que se alegou para justificar esta alteração? Apenas o pedido, que se saiba, de algumas pessoas que não gostavam de estacionar de mais atrás.
Parece que não são conhecidos estudos nem pareceres técnicos que indiquem qualquer vantagem desta alteração para a segurança dos condutores. Bem, pelo contrário. O que é que é certo e inevitável em qualquer uma destas opções? O que é certo é que a entrar ou a sair para estacionar o condutor tem sempre que recorrer à marcha atrás.
Não pode estacionar sem recorrer à marcha atrás. Como é fácil de perceber, é mais fácil fazer marcha atrás, fazendo uma manobra de apenas 45º do que ter de fazer os 90º a estacionar em perpendicular. E quais são as desvantagens do estacionamento na perpendicular? Demora-se mais tempo, tem de estar mais longe da berma, da estrada.
É, portanto, uma manobra bem mais difícil de executar e que não facilita a saída, porque ao sair de frente continua a ter pouca visibilidade, como podemos perceber na imagem de baixo. Depois é muito mais difícil estacionar o perpendicular e depois a sair mesmo de frente a visibilidade não é total. Mas o que é mesmo muito difícil de executar nesta manobra é a marcha atrás, quer entrar, quer a sair do estacionamento.

É mais fácil entrar no estacionamento de frente, mas é muito mais difícil de sair de marcha atrás na perpendicular, no estacionamento da perpendicular. Aliás, a saída mais atrás do estacionamento é mesmo a mais arriscada de todas, pois é a que oferece menos visibilidade. E o que é que acontece no estacionamento em Espinha ou na diagonal, que era aquilo que estava anteriormente? Aqui só temos uma opção, é verdade, mas é a opção que reúne as duas manobras mais fáceis de executar e que oferecem mais segurança para todos.
A entrar no estacionamento de marcha atrás. É uma manobra mais rápida, mais fácil, mais junta à berma, mais segura, pelo menos comparativamente a estacionar mais atrás em perpendicular. A sair do estacionamento de frente é uma manobra fácil, rápida, com boa visibilidade. Que outras vantagens tem o estacionamento em Espinha? Neste tipo de estacionamento, o acesso à bagageira é feito pelo passeio, não pela estrada.
A abertura de portas em pé das crianças de descuido irem para a estado, até porque e as portas ficam a criança fica entre a porta e o passeio. A saída do estacionamento é feita com maior visibilidade e no sentido do trânsito. Que balanço se pode fazer se compararmos as duas opções? o estacionamento em espinha com as duas manobras possíveis, entrada de marcha atrás e saída de frente.
Portanto, aquele que estava no anterior mandato maximiza a facilidade e maximiza a segurança. O estacionamento em perpendicular, se entrar de frente, maximiza a dificuldade e maximiza a insegurança da saída. Se entrar de marcha atrás, está em clara desvantagem para a outra opção, pois para entrar de marcha atrás era preferível e a a versão em espinha, como é óbvio, porque apenas se exigia 45º de manobra.
Portanto, não foi para para se continuar a estacionar mais atrás que se fez esta alteração. Fez-se esta alteração para se estacionar de frente e depois sair mais atrás. Qual foi a razão para proceder esta alteração? Só pode ter sido por algumas pessoas preferirem estacionar mesmo de frente, mesmo arriscando muito na saída de marcha atrás, tendo fazer uma manobra bem mais demorada e perigosa.
Mas foi isto que as pessoas fizeram? As pessoas passaram a estacionar de frente depois desta alteração. Aqui as imagens valem mais que mil palavras. Eh, nós tiramos algumas fotos do estacionamento nesta avenida durante alguns dias. No dia 3 de fevereiro, são algumas fotos de estacionamento estava na Praia da Barra nesta nesta avenida.
Vemos aqui vários carros parados mais atrás, vários carros, a maioria dos carros parados mais atrás. 11 de fevereiro. Aqui todos estes carros parados mais atrás. Mais uma série de carros parados mais atrás. Continua 19 de fevereiro por aí fora ao longo de toda a avenida. A mesma coisa. 21 de fevereiro. Aqui todos ao longo da de toda de toda a avenida.
Como podemos ver, um grande número, eu não vou dizer a maioria, embora embora assim a olho aquilo que nós aquilo que nós vimos parece ser claramente a maioria, mas um grande número de pessoas, mesmo com estacionamento em perpendicular continua a preferir entrar no estacionamento mais atrás para poder sair de frente com mais segurança.
Portanto, parece claro, não haver qualquer justificação para esta alteração, pois para estacionar de marcha atrás, o estacionamento em Espinha era aquele que, como já podemos constatar, maximizava o conforto, maximizava a facilidade e maximizava a segurança. Ou há alguma outra justificação que não conhecemos? Foi pedido algum estudo que nós não tivemos ainda conhecimento? Por exemplo, foi consultado o coordenador municipal da proteção civil sobre esta alteração numa situação de emergência, o que recomendam as entidades responsáveis pela segurança relativamente ao estacionamento. É que é fácil de percebermos que numa situação de emergência, em que seja necessário escoar o trânsito com rapidez, o estacionamento feito de marcha atrás é o mais indicado, pois permite a saída rápida de frente para a estrada. E no caso do estacionamento em Espinha, o o carro já está virado no sentido do trânsito.
O que concluir disto tudo? Embora esta tenha sido uma decisão errada deste executivo, como é óbvio, eu não estou a pedir para voltarmos a alterar novamente o estacionamento, pois não podemos andar sempre a fazer e a refazer, mas podemos sempre aprender alguma coisa com os nossos erros e com uma intenção construtiva.
Peço ao senhor presidente que passa a ter uma maior preocupação em fundamentar as suas decisões, que não se precipite, esta parece ser mesmo uma decisão tomada por impulso, ao contrário do que se do que defende no prefácio ao atual relatório da atividade municipal, que depois poderemos falar mais tarde, e que peça estudos e pareceres técnicos para o ajudar a escolher a melhor opção para os munícipes.
Nem sempre a opinião que se houve na rua ou no café é que serve o interesse da comunidade e da generalidade das pessoas. Neste caso, com o tempo e o hábito, as pessoas acabariam todas por estacionado mais atrás e poderiam usufruir da melhor opção para estacionar, sobretudo aquela opção que oferece mais segurança para todos.

E não adianta também avançar com a justificação de que se ganharam meia dúzia de lugares de estacionamento. Eh, pois isso não vai resolver o estacionamento da barra. Eh, nas praias temos de pensar noutra forma de encontrar uma solução para o estacionamento, principalmente no verão. Por último, gostaria de dizer que sim, é muito importante ouvir as pessoas, ouvi-las e pensar naquilo que pedem, da razoabilidade e da necessidade do que pedem. Ouvir, decidir, executar o mais rápido possível, sim, mas ponderando vem as vantagens e desvantagens de cada possibilidade para escolher a melhor opção. E podemos até dizer que mal ou bem o senhor presidente ouviu e fez. foi diligente, rápido na ação e quase de uma penada tratou de alterar o estacionamento. Uma situação de que algumas pessoas queixavam, mas que de forma alguma era urgente.
O que nos perturba, senhor presidente, é não ser assim diligente e proativo nas situações efetivamente urgentes e que exige uma decisão rápida, pois as pessoas não podem esperar mais. As pessoas da Vista Alegre, as pessoas da Gafanha da Boa Vista, as pessoas do concelho de Ílhavo, necessitam com urgência absoluta de uma decisão sobre a Ponte da Vista Alegre.
O adiar de uma decisão contrasta com a diligência com que atuou no estacionamento da barra. No que não é urgente, atuou com rapidez. No que é urgente, mantém o impasse e fica imobilizado. Mas a ponto da vista alegre, não pode esperar mais. Os munícipes exigem e merecem uma solução da parte do para fazer que todos saibam que não nos cansaremos de lutar por uma nova Ponta Bostal segura, que seja uma solução definitiva, não desenrasque para permitir a travessia e a comunicação entre Vista Alegre e a Gafanha da Boa Vista.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer':
«Eu vou fazer uma intervenção muito mais singela e muito mais pragmática. Depois da dos acontecimentos que vivemos com as intempéries, verificamos que no nosso município existem zonas com apagão na naquilo que é a iluminação pública.
E os relatos que temos e aquilo que nos tem chegado é que existe um aumento da criminalidade menor, pequenos assaltos, pequenos roubos a residências e em algumas dessas zonas. Eh, o princípio da solidariedade para com as zonas mais afetadas levava-nos a que até agora estivéssemos mais calados, não fôssemos tão reivindicativos, mas começa a ser tempo de sabermos e se existem planos para recuperar a aquilo que é a iluminação pública municipal no curto prazo. Muito obrigado.»

Sofia Corticeiro, Grupo Municipal do Partido Social Democrata:
«Boa noite. Eu gostava de cumprimentar a mesa da assembleia, senhor presidente da câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais e o o público aqui presente e o público que nos segue online.
Permita-me começar por uma nota de reconhecimento relativamente à intervenção realizada na Gafanha da encarnação, ah, em termos daquilo que é, em particularmente no cruzamento que é chamado e mais conhecido como o cruzamento da bruxa na Gafanha da encarnação. Durante um período bastante significativo, aquele ponto de rede viária foi motivo de legítima preocupação por parte dos moradores, dos peões e dos automobilistas, uma vez que, como é do devido conhecimento, os semáforos estiveram durante bastante tempo sem funcionar devidamente. Uma situação que coincidiu com a ocorrência de vários acidentes no local. Eu penso que está na memória de todos vós. Em particular um fim de semana bastante crítico, onde em menos de 24 horas se registaram quatro acidentes, um dos quais bastante grave, com vários feridos e uma vítima mortal a alimentar.
É por isso justo da minha parte em como membro como deputado desta Assembleia Municipal, mas também como habitante da Gafanha da Encarnação, reconhecer que a recente instalação e a entrada em funcionamento do novo sistema de semáforos representam uma resposta bastante positiva a uma necessidade concreta da população local.
Esta intervenção reforça de forma significativa a segurança rodoviária local numa via com bastante tráfego, tráfego, desculpem, e demonstra a capacidade de atuação do executivo perante as situações prioritárias. E nesta lógica de proteção às populações e no seguimento daquilo que também já foi levantado da das tempestades, nomeadamente da tempestade Kristin, que atingiu várias regiões do país no final de janeiro e que, como sabemos, foi um episódio que fez parte daquilo que alguns especialistas inclusivamente chamaram de um comboio de tempestades onde sucessivas depressões atlânticas que eh afetaram o nosso país. E sabendo nós que o impacto no concelho de Ihavo não foi o mesmo que nas zonas mais afetadas, felizmente não é, importa perceber o balanço que podemos fazer e as lições que podemos apreender daqui. Sim, neste sentido, e para finalizar a minha interpelação, gostaria de solicitar ao senhor presidente da Câmara Municipal de Ílhavo que o

esclarecimento relativamente a um balanço global atualizado, não só neste caso da eliminação, mas de todo o os impactos que esta estabilidade meteorológica teve no nosso concelho. Qual a apreciação global dos meios mobilizados e da capacidade de resposta que o nosso município teve e tem perante estes episódios? e numa perspetiva a médio prazo, que medidas estruturais ou preventivas estão a ser equacionadas para podermos reforçar ainda mais ou reforçar, não é, a resiliência do nosso concelho face estes fenómenos meteorológicos extremos que, infelizmente, a perspetiva é que cada vez mais façam parte da nossa realidade quotidiana.»

Matilde Ferreira, Grupo Municipal do Partido Social Democrata:
«Muito boa noite a todos. Começo por cumprimentar a mesa da Assembleia Municipal, na pessoa do senhor presidente Paulo Pinto Santos, bem como o executivo municipal, na pessoa do senhor presidente da Câmara, Dr. Rui Dias.
Cumprimento igualmente todas e todos os deputados municipais, assim como os cidadãos que nos acompanham presencialmente ou através da transmissão. Hoje a minha intervenção tem duas vertentes que, embora distintas, se cruzam num ponto essencial, a juventude do nosso município. A primeira prende-se com a realização da primeira sessão da Assembleia Municipal Jovem deste ano letivo que decorreu na passada quarta-feira e que voltou a afirmar-se como um verdadeiro exercício da cidadania ativa do nosso município. Foi particularmente gratificante verificar que as preocupações apresentadas pelos deputados jovens são preocupações que acompanham também o executivo em funções. Esta convergência demonstra que os nossos jovens estão atentos, acompanham a realidade municipal e assumem um papel ativo na sua análise. Não se limitaram a identificar problemas.
Procuraram compreender as causas, questionar caminhos e propor respostas consistentes pensadas a médio e longo prazo. Revelaram sentido crítico, visão e maturidade, qualidades que honram esta assembleia e que confirmam que a participação jovem é um elemento de extrema relevância. Foi igualmente positivo constatar que os jovens puderam aprofundar o seu conhecimento sobre diversas atividades municipais, percebendo o que está de ser desenvolvido nas suas freguesias e no município como um todo.
Uma juventude informada é uma juventude mais participativa, mais exigente e mais preparada para contribuir construtivamente. Gostaria ainda de sublinhar a continuidade de vários jovens que já participaram em edições anteriores e que regressam a este projeto. E esta continuidade diz-nos muito. Diz-nos que a experiência é significativa, que é valorizada e que deixa uma marca.
Quando os jovens regressam, é porque sentem que são ouvidos e que a sua voz importa. Importa ainda destacar o interesse demonstrado em áreas como o voluntariado e a participação em iniciativas municipais, nomeadamente no programa de ocupação jovem. Esta vontade de participar ativamente, de contribuir e de se envolver é um sinal claro de que temos uma juventude dinâmica, solidária e comprometida com o desenvolvimento do nosso concelho.
Não posso deixar de referir que foi na Assembleia Municipal Jovem que dei os meus primeiros passos naquilo que viria a tornar-se na minha principal área de interesse. Foi aí que percebi que queria estar envolvida na construção de soluções, que queria compreender melhor o funcionamento das instituições e que acreditava que a participação jovem é fundamental.
A Assembleia Municipal Jovem mostrou-me que a democracia se constrói a ouvir, envolver e a confiar nas próximas gerações. E a sessão de quarta-feira foi mais do que um momento simbólico. Foi um verdadeiro exercício de cidadania, reflexão e construção coletiva. Deixo, por isso, uma palavra de agradecimento aos deputados jovens pela seriedade, dedicação e sentido de responsabilidade com que abraçaram este desafio, assim como aos professores e a toda a equipa municipal que torna este projeto possível.
A segunda vertente da minha intervenção relaciona-se precisamente com aquilo que decorre desta participação, que são as políticas públicas dirigidas à juventude. Os primeiros 100 dias de um novo mandato são frequentemente encarados como um período de arranque estratégico e de definição de prioridades. É neste espaço temporal que se começam a consolidar planos, a demonstrar compromissos com os objetivos anunciados e a estabelecer bases que podem influenciar toda a gestão que se seguirá.
No passado dia 9 de fevereiro, foi apresentado publicamente o balanço dos primeiros 100 dias de mandato, um momento de sistematização e transparência, no qual foram prestadas contas à comunidade e explicadas as principais ações desenvolvidas, resultados alcançados e os próximos desafios. Tal como referi na discussão da GOP, mais do que a enumeração de iniciativas, interessa-nos perceber a sua articulação e o impacto estrutural que poderão ter na vida dos nossos munícipes.

Neste sentido e tendo em conta as medidas já em desenvolvimento que incidem diretamente sobre a juventude, gostaria de deixar algumas questões que julgo poderem ajudar a clarificar este caminho. Começava pelo plano municipal da juventude. Estando prevista a o início da sua elaboração, gostaria de perceber qual será o modelo de participação adotado, nomeadamente no que respeita aos inquéritos a dinamizar. Se o Conselho Municipal de Juventude será incluído no processo e se já existe uma data prevista para a apresentação pública do plano. Sendo este um instrumento estruturante, estou certa de que poderemos contar com um projeto que reflita a diversidade real do nosso município. Relativamente à semana jovem, iniciativa que acredito ter uma elevada relevância para o dinamismo do nosso município e para o envolvimento juvenil nas atividades municipais, gostaria de perguntar como estão a ser planeadas as atividades no sentido de saber se a agenda da mesma vai ser construída com a participação direta dos jovens. Por fim, no documento, vemos uma referência à revisão da estratégia local da habitação e à carta municipal da habitação. Questiono se estão previstas medidas específicas dirigidas aos jovens neste âmbito, nomeadamente incentivos à fixação ou outros mecanismos que facilitem a sua permanência no concelho.
Termino reforçando aquilo que já defendi na discussão das GOP. As políticas da juventude não se medem apenas pelo número de eventos ou programas lançados, mas sim pela sua capacidade de criar autonomia, estabilidade e sentido de pertença. Os primeiros 100 dias mostram intenção e dinamismo. O próximo passo é garantir profundidade e impacto estrutural. Obrigado.»

António Pinho, Grupo Municipal do partido do Centro Democrático Social:
«Muito obrigado, senhor presidente. Bem, neste ponto antes de ordem do dia, duas outras notas que, aliás, já foram já foram referidas. Mas uma primeira que, portanto, aproveitando o dia de hoje, eh, saudar o o engenheiro Ribau Esteves pela sua pela sua eleição como presidente da CCDR Centro e pela sua tomada de posse, não é, que que teve o lugar hoje mesmo, desejando-lhe, enfim, um ex-presidente de câmara de Ílhavo e oriundo e, portanto, nosso conterrâneo, eh, portanto, desejar-lhe obviamente as maiores felicidades que o sucesso, o seu sucesso será o nosso sucesso, obviamente de todos nós, das nossas comunidades de onde se insere Ílhavo, onde se insere toda a região centro. Acho que é também uma uma honra para este para o nosso município e para a nossa assembleia h assinalar essa essa eleição e essa tomada de posse no dia de hoje.
Depois uma nota que aliás eh resulta, eu acho que que é importante destes destes dias ou melhor destes tempos. de facto esta ideia de proximidade que eh é óbvio que isto também é transversal à à atividade municipal, mas a ideia de proximidade que este executivo tem transmitido e numa já foram colocadas algumas questões que obviamente subscrevo e são pertinentes em relação à à atuação na nestas nas nas restantes nas recentes tempestades que que vivemos.
De facto a presença, a comunicação assertiva eh do senhor presidente da Câmara, do executivo, do da proteção civil e dos funcionários da própria câmara. Felizmente não fomos um obviamente que há sempre há sempre danos, como é óbvio, eh, mas não fomos fomos de certa forma poupados, mas honestamente acho que a sensação de que havia essa proximidade, esse esse essa presença, acho que é importante e também de certa forma nos tranquiliza para eh enfim quando as coisas correrem de uma forma mais complicada.
Depois uma nota, enfim, a intervenção, esta questão que ficou para mim clara em relação à à Ponte Vista Alegre, que foi aqui referida. De facto, numa situação complexa como aquela que obviamente é a situação da da Ponte Vista Alegre, eu diria que a Câmara Municipal seguiu os passos que são os passos que devem ser seguidos numa decisão que essa sim não pode ser uma decisão precipitada, não é? Portanto, os estudos, de facto, chamar a academia, chamar gente da Academia da Universidade de Aveiro, eh, obviamente qualificada, competente, fazer uma análise profunda eh do do estado da ponte e também, obviamente, das eventuais soluções, eh, comunicá-la à população, ouvindo a população da forma mais direta que há, chamando as pessoas cara a cara. Portanto, eu eh sinceramente acho que aquilo que nós exigimos para uma questão obviamente relevante, importante, que que é o estacionamento na Praia da Barra, é estranho que o dispensemos para uma questão tão complexa como aquela que é a a o estado e a e o que representa a Ponte da Vista Alegre. É nós ouvimos aqui e saúdo os cidadãos que intervieram e no período de intervenção do público. Às vezes e uma gente que que se parte num buraco, na estrada, etc., eh motiva queixas, motiva, enfim, pedidos de responsabilidade. O que o que seria uma um uma uma tragédia, uma um problema mesmo que não fosse um problema um problema material numa situação como aquela que temos na ponte da da Vista Alegre.

E, portanto, acho que são sinais de proximidade, sinais de rigor que o Executivo nos tem transmitido e que muito sinceramente nos tranquilizam. Muito obrigado.»

Sérgio Lopes, Grupo Municipal do Partido Socialista:
«Muito obrigado, senhor presidente. Nós queremos falar dos primeiros 4 meses de mandato da maioria PSD, pelo menos em certa medida, a não tanto sobre a as ações desenvolvidas ao longo dos últimos 4 meses, mas mais sobre os e gestos, os significados e da sua eh da sua postura política, porque na vida pública e na vida política não são só as ações que contam Os significados, os gestos, os atos simbólicos também a nos demonstram que caminho pretende ser seguido pela a maioria. E nós nestes quatro meses identificamos alguns sinais que na nossa e perspectiva necessitam de e melhoria. sinais esses que evidenciam mais passado do que futuro.
Ao longo destes 4 meses, verificamos que o PSD começou o mandato a criticar o facto de um município estar a levar a cabo simultaneamente as empreitadas de requalificação de três escolas, da requalificação de dois centros de saúde e a construção de habitação social para centenas de famílias.
Empreitadas estas, aprovadas nas suas diversas fases, por unanimidade com os votos do PSD. Realidade essa que o PSD de 2026 parece enjeitar, mas não tem coragem de esclarecer nas suas diversas facetas e intervenções que escola não requalificaria, que centro de saúde continuaria decrépito, quantas famílias ficariam sem habitação social.
Verificamos também que o PSD na Câmara quis aumentar impostos na primeira oportunidade, em coerência com o passo, que ainda orienta o pensamento do presidente da Câmara, a avaliar pelas suas declarações na comunicação social sobre política orçamental e a posição de Portugal na Europa, como se ainda estivéssemos em 2015.
Constatamos também que o PSD propôs o pacote fiscal e o orçamento sem diálogo efetivo e consequente com a oposição e já agora com a sua bancada na Assembleia Municipal, regressando à postura da direita dura que da direita dura que considera que as minorias existem por existir e que se tiverem alguma iniciativa que não agrada à à oposição, se trata de uma golpada.
Portanto, para além da da relação complexa com a política social de saúde, educação e habitação, com a política fiscal amiga das famílias e com o diálogo político que os eleitores exigem através dos resultados eleitorais, estes 4 meses demonstram também dificuldades em gerir com cuidado ético. falo do processo de contratação de um assessor do presidente da Câmara, não sabe bem para que funções, que para o efeito, o senhor presidente anunciou na reunião de câmara de 4 de dezembro querer contratar Pedro Soares através de contrato de prestação de serviços. Posteriormente, na reunião de Câmara, 2 de janeiro, pediu a autorização prévia à Câmara para uma consulta prévia e subsequente contrato, com convite a três pessoas para apresentar para para a prestação de serviço de assessoria. No entanto, anunciou nessa reunião que essa proposta seria a seria para a contratação de Pedro Soares. Estou a citar, admitindo, portanto, de forma absurdamente explícita, que a consulta prévia tinha vencedor pré-anunciado, tratando-se de uma ficção aquele procedimento pré-contratual. A câmara não deu autorização através do chumo dos vereadores da oposição, ainda que a três deles possamos apontar uma certa incoerência.
Talvez o PSD tenha contado, estivesse a contar com a solidariedade de quem já tinha experimentado os vícios do poder, o que não aconteceu. E aqui chegados, o PSD tem o seu momento, Beatriz Vilarinho. Na reunião de Câmara de 5 de fevereiro, anunciou que mantinha a vontade de contratar Pedro Soares. Disse o presidente, abro aspas, faremos o mesmo que o unir para fazer.
Gostávamos de não usar esquemas, mas é exatamente isso que faremos. Fim de citação. Anunciou, portanto, que Pedro Soares constituirá uma empresa a fim de poder ser contratado diretamente pelo presidente da Câmara, fugindo ao visto prévio do executivo municipal. Mas como se não bastasse, soubemos que até aqui tem funcionado em modelo pro Bono à moda de Diogo Machado.
Pedro Soares, os mais atentos saberão quem é Diogo Machado. Pedro Soares trabalha desde os primeiros dias do mandato com gabinete na Câmara Municipal em regime de voluntariado, mas o presidente da Câmara não especificou ao obrigo de que programa de voluntariado regularmente previsto, já agora, regulamentarmente previsto, já agora, se o PMBET, se a ocupação jovem ou outro que não me esteja a ocorrer, é que se assim não for, para além da questão ética, pode haver uma questão legal a resolver. Se não existe contrato de voluntariado, nem enquadramento regulamentar para esse exercício de voluntariado, temos sérias dúvidas sobre a legalidade deste voluntariado. A questão que se impõe ao PSD e à sua bancada, porque do presidente da Câmara não precisamos de esclarecimentos, dado

que foi absurdamente transparente. Ao PSD perguntamos, portanto, em que é que esta conduta é divergente daquela que criticaram no mandato anterior? E pedimos uma resposta efetiva e serena, sem qualificativos desta intervenção para desviar do essencial. Não nos interpretem mal. quem quiser fazê-lo que o faça, mas desse campeonato não participaremos. Perderemos por falta de comparência. Viemos para debater argumentos. E, portanto, senhores deputados, a verdade é que uma posição da bancada do PSD seria útil para compreendermos melhor este processo.
Talvez também útil aos ativistas alaranjados das redes sociais, alguns de identidade desconhecida, que nos últimos tempos ficaram sem cartilha para atirar, sempre que a representante da empresa de assessoria, a maioria UPF, proclama candidamente a sua superioridade moral e política. Muito obrigado.»

Da Câmara Municipal
Presidente do Executivo, Rui Dias:
«Muito obrigado aos senhores deputados que nos colocaram questões diretamente. Eu gostava de fazer duas notas prévias. A primeira para dizer que embora tradicionalmente escrito, um relatório também pode ser apresentado de forma oral ou através de formatos audiovisuais, dependente do objeto e do contexto. E os senhores eh saberão isso tão bem como eu. Eh, e portanto percebemos que eh aqueles que intervieram na defesa da eliminação do ponto de ordem de trabalhos são os senhores mais tradicionalistas, porque entendem que um relatório tem obrigatoriamente que ser apresentado num formato escrito para poder ser partilhado com os senhores eh deputados municipais.
Eu venho dizer que sou mais vanguardista e que trarei aqui na próxima reunião da Assembleia Municipal um relatório num formato digital eh para vosso conhecimento. Portanto, a nota de que o ponto 10 é apenas para conhecimento dos senhores deputados, consta apenas uma exposição de uma apresentação que será feita pelo senhor presidente aos senhores deputados, tem de facto essa característica. E, portanto, eu gostava de lhes dizer isto.
E gostava também de dizer a minha perplexidade pelo facto desta assembleia se estar a propor constituir uma, como é que isto se chama?, uma comissão eventual de acompanhamento dos projetos financiados ao obrigo do plano de recuperação e resiliência e se esteja simultaneamente a propor excluir da ordem de trabalhos um ponto que tem apenas o propósito de ser o mais transparente possível e de trazer à Assembleia Municipal um relatório detalhado e atualizado do estado atual dos nossos equipamentos públicos.
E, portanto, bem andou o senhor presidente da mesa da assembleia ao manter este ponto 10 na ordem de trabalhos.
Segunda questão, a segunda nota, o António Pinho retirou-me a oportunidade de ser original, mas enfim, para testemunhar o orgulho que enquanto presidente da câmara eh tive hoje por ter tido a oportunidade de acompanhar a tomada de posse do nosso munícipe e ex-presidente da Câmara Municipal, José Agostinho Ribau Esteves, como presidente da CCDR, um lugar da maior responsabilidade técnica e política. eh só ao alcance dos melhores e aliás fruto de um criterioso e exigente processo de seleção e de de uma expressiva, muito expressiva, aliás, votação eh e que certamente desempenhará este cargo que hoje lhe foi atribuído com a excelência que nos habitua ao longo dos últimos anos e que muito honra o nosso município.
Terceira nota era para dizer que o Papa Leão a XIV dizia há pouco, no início da Quaresma, pedia que fizéssemos também um jejum de palavras ofensivas durante a quaresma. E eu cheguei a entusiasmar-me quando vi a discussão do voto de pesar pelo falecimento da dona Irene Ribau Esteves, a que gostava de me associar e creio que toda a nossa câmara se associará também.
Fiquei de facto entusiasmado. Pensei que hoje teríamos um dia diferente, mas de facto a quaresma ainda está muito a começar e ainda temos muito que andar para nos entusiasmarmos com estas propostas do Papa Leão XIV para que façamos todos jejum de palavras ofensivas. E já que não fazem eh jejum comigo, eu também não farei com os outros, porque aquela lógica cristã de dar a outra face tem que ser recíproca.
Eu gosto de seguir essa reciprocidade, só dou a outra fase se tiver mesmo que dar. Portanto, em relação ao PAOD propriamente dito, a intervenção, as intervenções começaram com o senhor Rui Rufino, que veio discutir com uma apresentação também ela em formato digital e não partilhada previamente com os colegas da Assembleia Municipal, mas que não mereceu resistência de ninguém e uma, enfim, uma apresentação gráfica de suporte, o raciocínio que aqui quis trazer no sentido de nos fazer e tentar perceber que a marcha atrás é a manobra mais simples que existe no estacionamento, que maximiza a facilidade e a segurança do estacionamento e que e que a nossa alteração da lógica de funcionamento da espinha

invertida para um modelo em uso há mais de 50 anos na barra está completamente errada. e pede-nos o senhor deputado Rui Rufino estudos sobre esta alteração que fizemos.
Não temos apenas a prática de mais de 50 anos. A nota de que durante mais de 50 anos não temos registo de nenhum acidente grave no estacionamento da Barra que justifique esta alteração e também não temos nenhum estudo que justifique a alteração que foi feita no sentido de lhe introduzir na barra o estacionamento de em espinha invertida.
Eu gostava de lhe perguntar se sabe se este exemplo de espinha invertida existe em muitas ruas. Quantas ruas há no mundo, quantas e em que percentagem é que existem estacionamentos invertidos? Eu pedia-lhe apenas duas ou três ruas que eu pudesse ver o estacionamento invertido a funcionar bem e eu aí talvez eh voltasse à discussão consigo.
Entretanto, se assim não for, não vale a pena. Gostava de lhe dizer também que, de facto, o estacionamento em espinha invertida na teoria é interessante e funciona. O problema é que na prática não funciona. E não funciona sobretudo na Barra porque, como bem disse, para estacionarmos de marcha atrás, num lugar que encontremos, temos que ultrapassar esse lugar para depois voltarmos de marcha atrás a esse lugar.
Ora, se o senhor consegue fazer este brilharete notável de no dia 11 de fevereiro, no dia 19 de fevereiro, no dia 28 de fevereiro nos mostrar alguns exemplos de estacionamentos de marcha atrás na Avenida João Corte Real na praia da Barra. Eu desafio-o a trazer aqui imagens semelhantes no dia 11 de julho, 19 de julho, 28 de julho, 11 de agosto, 19 de agosto e 28 de agosto.
Porque se conseguir, se conseguir eu vou voltar à discussão sobre o estacionamento em espinha invertida. Digo-lhe que não há nenhuma queixa de não há registo de acidentes na Praia da Barra. Eu vivi na Praia da Barra durante mais de 20 anos sem registo de acidentes, de desconforto, de insegurança, eh pelo facto de se ter estacionado toda a vida, como agora se voltou a estacionar.
E já agora, se esta era a opção mais inteligente para o estacionamento eh eh que existe, eu gostava também de saber porque é que só foi adotado na Praia da Barra e não foi adotado no resto do município. Se o resto dos nossos munícipes não merecem tantos cuidados com a segurança, com o conforto e com a qualidade de vida quando estacionam.
Em relação à Ponte da Vista Alegre, pedimos acerca disto estudos. Eu já lhe disse, não tenho estudos nenhuns, de facto, baseámo-nos no empirismo, na conversa que tivemos com muitas pessoas da Barra, que aliás manifestam a sua satisfação pelo facto de termos feito a alteração que fizemos. Não há nenhum testemunho de desconforto por termos feito a alteração que fizemos.
Mas em relação à ponte, gostava de lhe dizer o seguinte. Nós pedimos aos nossos serviços da Protensão Civil que fizesse um estudo e breve, ligeiro, sobre o estado das nossas pontes e a o a nota que tivemos é que aquele que aquela que se apresentava no estado mais crítico, isto ainda em dezembro do ano passado, era precisamente a ponte da Vista Alegre, da da ponte da Gafanha da Boa Vista.
E nesse relatório que nos foi presente pela equipa da proteção civil, eh foi sugerido o encerramento da dessa ponte e nós naturalmente encerramos a ponte acompanhando essa proposta que nos foi feita no sentido de encerrar. E imediatamente a seguir contactamos a Universidade de Aveiro, LNEC e a nossa equipa técnica para nos ajudarem a perceber a dimensão do dano que existia na Ponte da Vista Alegre e para nos ajudar a, em função da identificação do dano, construir a solução mais adequada para construirmos de pressa uma solução que viabilizasse a circulação quer pedonal, quer rodoviária na através da ponte e por forma a a a causar o mínimo de desconforto possível aos cidadãos da Gafanha da Boavista, sendo certo que a rua do sul também estava em obras e, portanto, não havia muitas mais alternativas, embora haja uma alternativa para que as pessoas que quisessem usar a ponto pudessem chegar à margem de cá do rio.
Feita essa análise primária e ficou essa equipa de estudos liderada pelo professor Hugo Rodrigues, de nos dar um relatório final que apontasse de facto a a solução mais adequada para iniciarmos e o processo de de ou de reconstrução ou de construção de uma de uma nova ponte. É verdade que há um incómodo grande na Gafanha da Bovista e nós percebemos isso, mas há também a certeza de que quando se iniciaram as obras na rua do Sul, o problema da Ponte já lá existia, porque este problema da Ponte não nasceu em dois ou três meses, para usar a terminologia do Sérgio Lopes ou em 90 dias, como diria eu. Esta Ponte está em muito mau estado há muito tempo e os relatórios iniciais que que temos apontam nesse sentido, que há vários anos que aquela ponte precisa de facto de reparação. E, portanto, foi isto que nós fomos dizer às pessoas, fomos dar a cara às pessoas nesta lógica de proximidade, de rigor e de verdade.

Vamos dizer às pessoas o problema que temos e dizer também com o maior pragmatismo que não vemos como viável que nos próximos dias, nos próximos tempos, nos próximos dois ou três meses possamos ter uma solução para aquela Ponte, não é verdade? Eh, é mais é mais fácil podermos ter rapidamente concluída a obra da Rua do Sul. Estamos até a negociar com o empreiteiro a possibilidade que, aliás, foi colocada por uma das pessoas presentes nessa reunião, de podermos manter aberta uma das faixas de rodagem da rua do Sul nas horas de maior tráfego, sobretudo da manhã, para facilitar a circulação na rua do Sul até às 9:00 ou 9:30 da manhã. Isso vai fazer perder algumas horas e aumentar o prazo de execução da da empreitada ou fazer com que a empreitada tenha que decorrer também ao fim de semana.
Mas eh vamos ser sérios a Ponte da Vista Alegre não vai estar reparada nos próximos dias, como seria vontade, quer das pessoas que residem na na Gafanha da Bovista, quer nossa, que nós também gostávamos muito de poder ter a ponte reparada muito rapidamente, mas não teríamos nem nós, nem todos aqueles que foram vítimas recentes das tempestades que assolaram o país e que também eles viram pontos e estradas, equipamentos destruídos e e que terão que esperar por e pela melhor oportunidade para que possamos fazer este trabalho. Vontade não nos falta.
Os estudos estão a ser feitos de acordo com, enfim, a prudência e o próprio eh enfim o próprio modelo que que o Unir para fazer eh recomenda, que façamos estudos, façamos relatórios técnicos e sendo coerente com a sua eh a sua o seu olhar sobre sobre o estacionamento da da Praia da Barra, ficar-lhe a bem e aceitar que a realização do de relatórios técnicos sobre a ponte da barra são também absolutamente essenciais, mas a isso não aconteceu. De qualquer forma, é isto que temos.
Em relação à falta de luz, o senhor não especificou onde é que há falta de luz. Não sei se há falta de luz no concelho inteiro e mas eh o que sabemos e é que há duas situações de falda de luz apenas na via pública. Não há casas sem luz no nosso concelho, nenhuma. zero casas sem luz no nosso concelho, embora no país continuem a existir mais de 200 casas sem luz nesta altura, quer casas, quer empresas, quer explorações agrícolas que não têm luz. Nós temos um problema, algo que sabemos que identificamos aqui na rua Direita e e um outro ali num segmento da da estrada da Mota. O da rua Direita deve-se ao facto de um cabo subterrâneo que alimenta aquele segmento da da rua Arcebispo Pereira Bilhano ter entrado em curto circuito e da EDP não ter condições porque não tem meios atualmente para fazer deslocar para aqui equipas que venham reparar o o cabo em curto circuito, porque tem outras prioridades que nós até conseguimos compreender. Não temos, de facto, eu tinha aqui uma nota, não temos uma única casa sem luz no nosso no nosso concelho. Continuaremos naturalmente a trabalhar junto da da EDP, no sentido de podermos reparar isto muito rapidamente, o mais rápido que nos que nos for possível.
Em relação à Sofia, nós temos que entregar na próxima segunda-feira, o prazo era na terça, mas teremos que entregar afinal na segunda. Esse prazo foi alterado e antecipado um dia para segunda-feira. eh o balanço global atualizado dos danos sofridos pelo no município, porque nos está a ser pedido pela CCDR no âmbito da do processo de indeminização aos sinistros eh sofridos pelos particulares e pelas entidades públicas por força das tempestades das três tempestades que se abateram sobre nós nos últimos nos últimos tempos e nós temos esse trabalho relativamente quase concluído. Admito até que esteja concluído, mas eu hoje passei o dia fora e não tive a oportunidade de olhar para ele já para a versão quase final. Olharemos para ele amanhã, comamos isso, tirar um bocadinho do dia amanhã para eh fechar esse documento que apresentaremos depois na segunda-feira de manhã na CIRA, eh que será o nosso intermediário junto da CCDR para reclamar os danos que identificamos no município.
Pronto, na próxima semana partilharei convosco esse balanço global atualizado. Vou chamar relatório porque senão posso ter que cumprir outras formalidades e, portanto, vou trazer esse balanço global atualizado na próxima semana para partilhar com todos. Naturalmente que é um documento que é público e, portanto, será partilhado com todos em relação às medidas estruturais e preventivas da resistência do território a outras agressões climáticas ou os fenómenos climáticos extremos, nós tínhamos também previsto na nossa propositura, quando nos candidatamos à Câmara Municipal, criar um gabinete de acompanhamento destes fenómenos climáticos extremos. temos precisamente porque percebemos que estamos muito expostos às agressões, aos humores do tempo, sobretudo porque estamos muito expostos a várias linhas de água. Para além do mar, temos dois braços de ria, que tem quatro mares, cada um tem duas e, portanto, há parcelas muito grandes do território que estão muito expostas à aos humores do tempo.

E, portanto, nós já temos este gabinete criado com a APA, com a administração do Porto Aveiro, com a Câmara, com a APA Ambiente, com a Universidade de Aveiro e com o Instituto da Conservação da Natureza das Florestas. Ainda não temos nenhum trabalho especialmente de desenvolvido. A ideia é basicamente recolher exemplos de situações parecidas com a nossas, de territórios parecidos com o nosso, para que possamos junto da nossa estrutura da proteção civil ir adequando os nossos planos de proteção, os nossos planos de defesa, de acordo com esses modelos, os planos têm que ser todos atualizados, os planos da proteção civil têm que ser todos anualmente atualizados e, portanto, a nossa ideia é que cada vez que voltemos a atualizar os os planos, os possamos fazer de uma forma mais robusta, tendo em atenção estes contributos adicionais que normalmente não tínhamos.
E basicamente a as atualizações consistiam, aliás, vimos isso eh na neste na gestão do destas tempestades. Foi declarado o estado de calamidade. O estado de calamidade obrigou a a ativação do plano municipal de emergência municipal e verificamos que um anexo que tem um conjunto de equipamentos e de recursos que têm que estar atualizados não estava atualizado já há alguns anos.
Portanto, é basicamente isso que se faz. Nós queremos dar mais robusteza a essas atualizações e é isso que que faremos.
Em relação à Matilde, deixar aqui uma nota. Agradecer este olhar atento da Matilde, este entusiasmo juvenil e este esperar que este discurso possa ser inspirador para a participação de outros jovens, de todos os jovens, de todos os quadrantes políticos na vida política, que outros se possam também entusiasmar como tu, e que possamos renovar, regenerar aqui a nossa classe política, quer desse lado, quer deste, que é bem é bem preciso. O Conselho Municipal de Juventude está para ser está para ser convocado. Estamos aí a trabalhar nisso com a nossa divisão da juventude caí todo o o concelho caiu quando mudou a câmara tem que ser todo substituído, mas em breve haverá notícias sobre isto.
Sobre a estratégia local de habitação e também sobre a Carta Municipal da Educação. Eh, os documentos estavam caducados. O executivo anterior já tinha iniciado o processo de revisão, eh tinha contratado uma empresa externa para fazer uma parte deste trabalho ou problemas com com esta empresa eh que estamos e a tratar.
Num dos casos tivemos que denunciar o contrato porque a empresa manifestamente não era capaz de fazer o trabalho que tinha que fazer. Eh, no outro, o outro mantém-se. De qualquer forma, estão a trabalhar e a fazer o os levantamentos são necessários. Eu até daria a palavra aqui à senhora vice-presidente que tem acompanhado mais este dossier para fazer uma uma exposição se calhar mais atualizada sobre esta matéria porque queremos partilhar a informação toda que dispomos.»

Vice-Presidente do Executivo, Eugénia Pinheiro:
«Obrigada, senhor presidente. Boa noite. Cumprimento o senhor presidente da assembleia e a mesa, senhor presidente da Câmara e os demais colegas do executivo, caros vereadores, eh, público em casa e aqui presente.
A estratégia local de habitação, ou melhor, a revisão da estratégia local de habitação, foi contratualizada em 9 de julho de 2024 à empresa 100Planos Group, arquitetura limitada, por 59.100 € mais IVA e que tinha 12 meses para concretizar este documento. Eh, 4 meses para este documento e 12 meses para todos que porque incluí a Carta Municipal da Habitação. Eh, portanto, teoricamente em junho 25 este contrato caducou. No entanto, eh, sou, não é, caducou, peço desculpa. Entretanto, eh, nenhum dos documentos estava produzido. Eh, daí que se acetaram contactos com a dita empresa e se decidiu em reuniões várias que temos tido com o senhor arquiteto Queiroga que e se a dar prioridade à revisão da estratégia local de habitação com a sua respetiva operacionalização, uma vez que ainda não tinha sido encetada. E estamos neste momento a tratar dessa revisão.
Os problemas do contrato que senhor presidente aludiu têm a ver com as fases, com os pagamentos e com as tranches, porque não está separado o valor de cada ou o valor da revisão da estratégia local e o valor da carta eh só está na proposta do do senhor arquiteto ou do da sem planos da empresa.
Portanto, neste momento, estamos a trabalhar com a mesma empresa na revisão da estratégia local de habitação, no sentido de operacionalizar essa reunião que é urgente, essa revisão para termos brevemente uma reunião entre todos os parceiros, inclusivamente o IHRU e depois a fazer a carta municipal de habitação de uma forma mais prolongada e consistente, daí ter um ano previsto no contrato anterior, portanto muito mais longo que a revisão e também fazer conjugar isto com a revisão do PDM. Muito obrigada.»

Presidente do Executivo, Rui Dias:
«Muito obrigado. Acabou o tempo. Eu depois respondo ao senhor deputado Sérgio Lopes na próxima intervenção. Se tiver tempo.»

Da Assembleia Municipal
Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Não, não tem tempo, senhor presidente. Já esgotou o seu tempo.»

Interpelação à Mesa

Da Assembleia Municipal
António Flor Agostinho, Grupo Municipal do Partido Social Democrata:
«Chegámos a uma fase em que nós em comissão de líderes tínhamos já discutido este assunto.
Se o Senhor presidente deixar de responder aos deputados o que é que estamos aqui a fazer? Porque é que agora vou aqui fazer questões ao senhor presidente que são pertinentes e ele não vai poder responder? Portanto, só tenho uma coisa a fazer, é prescindir de qualquer tipo de intervenção a partir deste momento neste ponto, porque não vou ter resposta. Os munícipes não vão ser esclarecidos. Eu sempre defendi que o senhor presidente devia ter o tempo todo para responder às perguntas. Se não tem tempo, não sei para que é que vamos fazer perguntas.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer':
«Ora, boa noite a todos. No seguimento da intervenção do professor Agostinho, só gostaria de dizer que a solução não está na mão nem do senhor presidente, nem do senhor presidente da assembleia, está nas nossas mãos. Fomos nós que elaborámos o regimento, definimos tempos. Se alguma coisa está errada e se os tempos não estão corretos, se o regimento não está correto, é propor alteração. Não é por uma situação pontual de gestão de tempo que pode ter sido menor, pode ter menor rigor, que vamos agora alargar. Mas se entender levar a proposta, a conferência de líderes para alterar o regimento.»

Da Assembleia Municipal
Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Mais alguma interpelação à mesa? O senhor presidente esgotou o tempo, mas estamos aqui todos, todos somos adultos e se acharmos todos que deveremos ceder mais algum tempo ao senhor presidente para ele responder, com certeza assim faremos. Se concordarem, cederam.
Muito bem. Então vamos continuar, vamos continuar com os trabalhos. Eh, mas vou ter que, o senhor presidente não tem tempo para responder, mas vou ter que abrir a inscrição para uma segunda ronda. Eh, e portanto o senhor presidente não vai responder que não tem tempo não tem tempo. Portanto, para fazer alguma José Pinto Reis. Do PSD, Margarida Alves e também o Flor Agostinho. António Pinho do CDS. Alguma intervenção do Chega? Alguma intervenção? Do PS, Sérgio Lopes.
Muito bem, então vamos começar pelo deputado José Pinto Reis, por favor.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer':
«O tempo é um bem tão escasso que não permite qualquer reciclagem e por isso devemos geri-lo como parcimónia. E por isso o não intervir agora seria o equivalente ao à lei da rolha. O senhor presidente utilizava o tempo dele e nós passaríamos a estar calados.
(2:13:21) 24 de abril nunca mais. Em relação à em relação àquelas que foram as intervenções do passado, o senhor presidente veio-nos convidar a também não intervirmos no ponto 10, quando acha que pode que deve vir fazer uma intervenção nesta assembleia sem previamente apresentar os documentos. está na sua no seu arbítrio.
Da nossa parte, não haverá qualquer pergunta e não haverá qualquer intervenção no ponto 10 se ele se ele se mantiver.
Queria-lhe também dizer que não percebeu a intervenção do deputado Rui Rufino. Estava para além daquilo que são as palavras, estava para além daquilo que são as fotografias. O senhor revelou-se como um tradicionalista também, ao contrário do que disse que era um

pós-moderno nas apresentações aqui na Assembleia Municipal, considerou na sua intervenção que aquilo que se faz há 20 anos na Barra está bem feito, é imutável.
Só não só não muda quem não analisa e quem não verifica os factos. Todas as práticas modernas apontam para que o estacionamento de mais atrás é o aconselhável. Pergunte ao seu coordenador de segurança e imagine o que é que será uma evacuação da Praia da Barra ou de qualquer outra localidade, principalmente a Praia da Barra, com a particularidade que tem de ser uma zona com uma saída única.
Imagino o que é se as pessoas tiverem que fazer marcha atrás. para sair do estacionamento num caso de evacuação urgente. Eh, mas a intervenção do deputado Rui Fino não era sobre isso, era mais à frente. Sobre roteirómetros e sobre os 100 dias falaremos mais à frente na atividade municipal. Em relação à falta de luz, eu fui claro.
Falamos de iluminação pública e o senhor presidente é presidente de todo o município e é tão presidente da rua das cancelas, onde não há luz. OK. Como é presidente da Cambeia, não sei se sabe onde fica Cambeia. É uma zona da Gafanha da Nazaré ali entre a zona da igreja e o Zé da Branca. Não há uma lâmpada acesa na via pública.
Mas se o senhor não teve relato sobre isso, é possível, mas minimizou aqui a situação de uma forma que me passou pareceu desapropriada e crítica para comigo. Por isso fica o registo. A zona da Cambeia ainda pertence ao município de Ílhavo.
E permitam-me que façam um reparo à deputada Matilde Figueiredo. Temos tido pudor, todos os grupos municipais têm tido pudor em referirem-se à Assembleia Municipal de Jovem. Esperemos que se continue a manter a mesma prática. Muito obrigado.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do Partido Social Democrata:
«Muito obrigada, senhor presidente. Eh, o PAOD não é só para fazer questões ao presidente da câmara e para obter respostas.
Aliás, houve muitos períodos em grande maioria das assembleias municipais de mandado anterior que eu coloquei muitas questões e a resposta do presidente da câmara era nula. Portanto, não vamos por aí porque senão vamos entrar aqui num debate sem nível eh na defesa do que é a Assembleia Municipal. Relativamente à questão que foi colocada aqui do do estacionamento na Praia da Barra em Espinha, eh isto está perpendicular, poderiam ter feito esse exemplo, esse raciocínio na Avenida José Estevão da Gafanha da Nazaré.
Todo o estacionamento é feito na perpendicular. É uma via de dois sentidos e é todo na perpendicular. Estaciona-se de frente e é raro, é raro existir lá um acidente, mas acontece, acontece porque também há sinais que não são respeitados, etc, etc. É uma questão de cidadania. Em caso de emergência, é assim, não, eu creio que nenhum de nós consegue controlar o pânico. Ninguém consegue controlar o pânico. Há um meses atrás, ninguém imaginaria o pânico que as pessoas ainda hoje vivem na zona centro do país, nomeadamente no distrito de Leiria. Eu sou solidária e sim, acho que o pensamento do atual presidente de câmara dizer não é uma situação emergente também acho que todo todos os habitantes e é assim eu eh passo na Cambeia e não vejo lá não conheço um caso de roubo na Cambeia da Gafanha da Nazaré.
Não há um caso. Não há um caso. Desculpe que lhe diga, não há um caso. Aquilo que acontece é que muitas vezes nós vos para aqui. Eh, eu não estou a defender o senhor presidente de câmara, eu estou como deputada a constatar que as coisas são feitas de forma diferente. E se criam tanto o estacionamento em Espinha, porque é que querem o projeto piloto na Praia da Barra, no lugar da Praia da Barra, a Gafanha da Nazaré tem o melhor lugar para fazer esse esse teste que é a Avenida José Estêvão, não tiveram coragem de o fazer e nós não o vamos fazer porque nós não andamos aqui a inventar coisas surreais e que só vão trazer a asneira.
Permitam-me eh respeitando que a contenção, eu sou católica, do Papa e eh Leão XIV que nos pediu alguma contenção também no comportamento, mas eu não mudo. Como vem, eu falo da mesma forma que falava no mandato liderado eh por vossas excelências.
Mas não é só para isso que eu aqui estou. Eu estou aqui para dar os parabéns a todo o executivo, a todo o executivo, que com certeza todo o executivo foi solidário na ação do presidente da câmara na altura das tempestades. a a forma elevada e a união que existiu de todo o executivo, sem olhar a cores partidárias e ao movimento, e que se disponibilizou com certeza a a com o Departamento da Proteção Civil, com o coordenador e e aqui também Globo presidente da junta de São Salvador que é do Unir Para Fazer, dos presidentes de junta da Gafanha da Nazaré, eh, da Gafanha do Carmo e da Gafanha da Encarnação, eh, que fizeram um trabalho exemplar de prevenção da alerta e informação à população. O meu bem haja, portaram-se muito bem e é isto que é o mais importante para as pessoas, é termos

um poder local que, de facto, olhe pelas pessoas, já que o governo central não pode estar em todo lado.
Entretanto, recebi aqui uma provocaçãozinha do Sérgio eh com o o passismo. Agora o passismo. Bem, eh, deixou-se de falar no Ventura, agora fala-se no Passos Coelho, não sei. Vamos ver o que é que os jornalistas mais querem inventar, mas deixem-nos trabalhar a quem quer trabalhar.
Senhor presidente da Assembleia Municipal, gostaria de relembrar que, entretanto, tivemos as terceiras jornadas do poder local no nosso município, onde estamos a celebrar os 50 anos e temos e a e os autarcas e será também ponto a debater na coordenação eh autarcas do nosso da nossa assembleia municipal que estão representados, que estiveram representados, mas quero dar os parabéns pelos oradores e nomeadamente eh temos que nos lembrar que foi uma vitória do 25 de abril, estamos a festejar 50 anos e desde então aquilo que se conseguiu em 50 anos é inédito, é de uma grandiosidade inagualável, porque digam o que disserem, 51 anos de democracia, a nossa democracia continua inabalável, intocável e continuamos a defendê-la.
Naturalmente que temos que pensar diferente. E o pensar diferente é termos linha de pensamento. E nós já percebemos que não é suficiente aquilo que acontecia há 10 anos não é praticável agora. Por isso, houve um processo de descentralização que foi liderado eh eh nomeadamente pelas bancadas do Partido Socialista e do Partido Social-Democrata na Assembleia da República.
E o processo de centralização é fundamental apoiar os autarcas para garantir a qualidade de vida e evitar desigualdades. Quem melhor que os autarcas? que é melhor que os autarcas para simplificar os meios do socorro e da emergência à população. Quem melhor que os autarcas para que acabemos com com as desigualdades? conforme falei, devemos ter maior autonomia, nomeadamente as assembleias municipais, rever e daí eh uma grande vitória que tivemos e no mandato anterior foi a Associação Nacional das Assembleias Municipais de Portugal se estar a par e exigir também a NP a presença e o pensamento de que nós estamos aqui não é só para fiscalizar, mas também para construir. Além disso, além disso, permite que o cidadão português, os nossos munícipes tenham uma democracia mais aberta, mais participada, os mais jovens, os menos jovens, os assim, eu estou no assim e para as pessoas impulsiona no desenvolvimento e progresso das nossas da melhoria das nossas condições de vida.
Por isso, estas jornadas é mais uma forma de reforçar o pedido que é o poder local para servir as pessoas de forma eficiente, transparente e inclusivo, onde todos são convidados a participar. Por isso é que temos tantos conselhos e temos a juventude, a segurança, o trabalho, tudo que é debatido pelos autarcas.
Não posso deixar de de dizer que naturalmente cabe-nos a nós autarcas por via das associações nacionais da tanto das assembleias municipais como municípios exigir que a forma de financiamento às autarquias tem que ser mudado. Não é só falarmos aqui de PRRS, a forma de os municípios se financiarem, porque estas estas intempérios podem voltar a acontecer, outras coisas podem acontecer, não só fenómenos naturais, decisões estruturais que tínhamos que tomar a ponto de vista alegre, por exemplo, devíamos ter aqui uma linha que nos permitisse de facto eh eh podermos fazer as coisas com cabeça, tronco e membros, mas não pensar a forma como Vamos nos financiar e depois tem que vir à Assembleia Municipal. E depois à Assembleia Municipal uns são contra o financiamento bancário, outros são contra o financiamento bancário, outros falam no saldo de gerência, outros não falam só saldo de gerência.
Portanto, tem que existir aqui um instrumento imediato que permita a quem toma decisões do executivo e quando as coisas acontecem, de facto, fazemos acontecer. Muito obrigada.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do Partido Social Democrata:
«Bem, já que não posso fazer perguntas ao senhor presidente, eu gostava só de refletir também sobre a questão do estacionamento em Espinha e agradeço a oportunidade de terem falado no assunto.
Se não existe estudo atualmente, eu pergunto se houve estudo a quando a instalação do estacionamento em espinha. E se houve estudo nessa altura, porque é que o a implantação do estacionamento em espinha foi suspenso junto à ao banco que lá está a instituição bancária, que lá está instalado e não foi prado até ao final da Avenida Corte Real? porque também sou utente daquela zona, porque também utilizo aquele espaço.
E digo-vos sinceramente que o estacionamento em espinha, quando as pessoas estacionavam de frente era uma era uma complicação. É evidente que não está lá a polícia, mas estão lá as pessoas para resolver o problema. E então aí houve casos, houve problemas

gravíssimos, houve discussão, houve exaltação, houve confusão, não estava lá a polícia, o problema não ficou resolvido.
Atualmente está resolvido. E pergunto mais uma vez, porque é que a avenida não foi toda ela na altura alterada? Tenho pena que o nosso deputado Rui Rufino não tenha vindo aqui intervir falar sobre o assunto, porque se há pessoa nesta casa neste momento com competência para falar sobre o assunto era o deputado Rufino. Pronto, não veio, mas certamente que vou ter a oportunidade de lhe perguntar, fazer algumas perguntas para que me explique o que é que é melhor ou o que é que é pior ou qual é a sua análise que é feita na zona da de da Barra.
Depois que gostava também de fazer algumas perguntas ao senhor presidente, mas já que não posso, fico apenas por referir que tive o orgulho, satisfação de ver as reuniões que foram realizadas, quer com os moradores da eh Gafanha da Boavista, quer com utentes da piscina de Ílhavo, quer com a apresentação das medidas para a educação.
Foram momentos que não tínhamos visto no passado, em que o senhor presidente esteve junto da população, ouviu a população. Na Gafanha da Boavista estavam mais de 120 habitantes daquela zona. Isto é uma alteração às regras que tinham sido implementadas no futuro. É proximidade, é ouvir os cidadãos. Não é, como disse há pouco o nosso deputado, que o senhor presidente está cansado de ouvir a população.
O senhor presidente não está cansado, o senhor presidente está disponível para ouvir mais vezes a população.»

Defesa da Honra
Matilde Ferreira, Grupo Municipal do Partido Social Democrata:
«É uma intervenção muito curta e não precisa de me ser respondida agora, apenas em tempo oportuno. Gostava de perceber a ligação ao poder à Assembleia Municipal Jovem e à filosofia do 24 de abril nunca mais.»

Da Assembleia Municipal
Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Obrigada, senhora deputada. Não foi exatamente uma defesa da honra, foi mais uma interpelação. Uma interpelação ou uma defesa da honra? Tem, tem claro. Todos temos direito, desde que tenhamos tempo.»

Sérgio Lopes, Grupo Municipal do Partido Socialista:
«Senhor presidente, obrigado. Eu, eu venho aqui eh acabei por gerir bem o meu tempo e sobrar-me algum, estou à vontade.
Mas também não tenho não tenho grande coisa para dizer, a não ser que, ponto um, a o facto de o presidente, de o senhor presidente da Câmara ter ficado sem tempo, é de facto lamentável, mas é uma questão inultrapassável da sua responsabilidade que não fez a gestão do tempo que o regimento lhe dá. E, portanto, olhe, senhor presidente, faça a gestão melhor do que do que o do que é que fez agora, que e eh para ter tempo de nos responder também na segunda ronda àquilo que entender e responder-nos. Eu sei que é difícil que eu também me veja aflito para gerir o o o tempo que que a minha bancada me dispensa para a intervir nos termos do da tabela de tempo que está distribuída no regimento. Ainda assim, no debate que se faz na Assembleia Municipal, o senhor presidente não é o Alfa e o Ómega. Eh, um dos papéis da Assembleia Municipal é, de facto, de fiscalizar o trabalho da Câmara Municipal. Mas outro dos papéis da Assembleia Municipal, nomeadamente no período antes da ordem do dia, é debater sobre os assuntos do interesse geral do município, que podem ou não merecer a resposta do senhor presidente. Olhe, eu por acaso até fiz questões diretamente à bancada do PSD. O PSD teve tempo para me responder e optou por não me responder, apesar de ter tido tempo e apesar de o ter esgotado.
Esse silêncio ainda assim não deixa de ser eloquente. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Muito bem, terminadas as intervenções, não é, desta segunda ronda e não tendo o senhor presidente mais tempo, portanto não vai poder eh intervir. Senhor deputado estou a tentar terminar. Tá bem? E, portanto, eh, dou como terminado o período antes da ordem do dia. O senhor deputado que pretende dizer alguma coisa? Com certeza.»

Interpelação à Mesa

Da Assembleia Municipal
Sérgio Lopes, Grupo Municipal do Partido Socialista:
«Senhor presidente, eu peço desculpa eh eu tenho uma interpelação à mesa sobre a condução dos trabalhos. Optamos por não a fazer durante o o período antes da ordem do dia, por não a fazer imediatamente a seguir à intervenção do senhor presidente da Câmara para não perturbar o eh o fluir do debate importante que estávamos a ter do período antes da ordem do dia.
A verdade é que eh esta questão tem-se arrastado ao longo da noite. podia ter sido resolvida imediatamente pela mesa, logo que o meu colega camarada Pedro Martins fez a interpelação à mesa sobre a condução dos trabalhos sobre a formulação da ordem do dia, mas a verdade é que se arrastou e nós entendemos que deve haver uma clarificação por parte da mesa.
O artigo 46º da ordem do dia determina que as matérias a a conter a ordem do a a serem inscritas na ordem do dia devem ser apresentadas à mesa por escrito. A, e outro artigo dirá que é direito dos membros da Assembleia Municipal conhecer o teor das matérias escritas naturalmente com quatro dias úteis de antecedência em relação à data da realização da Assembleia Municipal.
Outro cenário condicionaria os direitos dos deputados municipais de prepararem a análise e a sua participação na discussão do ponto, seja ele para deliberação ou para conhecimento, seja ele para deliberação ou para conhecimento. É irrelevante desse ponto de vista. Eu lamento que o senhor presidente demonstre não conhecer eh o o regimento, mas a verdade é que eh o demonstro, senhor presidente da Câmara.
E, portanto, para de uma vez por todas clarificarmos esta situação, é entendimento do Partido Socialista. Aliás, logo que constatamos que os documentos que não constavam, documentos daquele ponto no prazo em que deviam constar, presumimos que a mesa no início da reunião iria eh comunicar uma alteração à ordem do dia.
Isso não sucedeu. Interpelamos, a mesa não clarificou e, portanto, nós achamos que eh isso tem que ser clarificado de imediato. A, e eu faço um requerimento oral à mesa, a, no sentido de alterar a ordem do dia e de retirar o ponto 10 da ordem do dia, dado que a convocação da Assembleia Municipal, no que diz respeito a esse ponto, não cumpriu o regimento. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«A mesa reitera aquilo que informou eh no início no início dos trabalhos. Exatamente. E vamos deliberar.
Por agora. Vamos fazer um intervalo de 15 minutos e voltaremos daqui a 15 minutos e logo deliberaremos. Até já. 15 minutos.»

Os trabalhos da reunião foram suspensos por 15 minutos.

Da Assembleia Municipal
Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Minhas senhoras e meus senhores, vamos reiniciar os trabalhos.
A mesa recebeu o requerimento do senhor deputado Sérgio Lopes. Estivemos aqui a trabalhar arduamente, estivemos a ver a lei 75/2013, que é, portanto, o regime jurídico das autarquias locais.
A lei não exige expressamente que todos os pontos tenham documentação escrita obrigatória, exceto quando há matérias deliberativas. E, portanto, este é o entendimento. Eu não tenho aqui o artigo agora.
Portanto este é o entendimento.
Peço desculpa, os senhores que quiserem falar falam a seguir. Tá bem? Eh, este é o entendimento da mesa. Eh, e é, portanto, seguindo este entendimento, que vamos continuar os trabalhos e vamos deixar o ponto 10 na ordem do dia. Eh, se os senhores quiserem tecer algum comentário, fazer alguma interpelação, apresentar algum requerimento, com certeza.

Interpelação à Mesa

Pedro Martins, Grupo Municipal do Partido Socialista:
«Muito obrigado, senhor presidente. Configurando aquilo que que acabamos de ouvir, uma deliberação da mesa, digamos, uma decisão da mesa, eh, pretendemos o requerimento há pouco apresentado pelo deputado Sérgio Lopes, é um requerimento do PS e nós pretendemos submeter a questão ao plenário, portanto, recorremos, pretendemos recorrer da decisão para o plenário.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Portanto, vamos votar a remoção do ponto 10. Vamos votar a retirada do ponto 10.
E, portanto, quem vota eh quem vota e a favor a favor da retirada do ponto 10? Quem vota a favor da retirada do ponto 10? Temos 8.
Portanto, quem votou a favor da retirada do ponto 10 foi o grupo municipal do MIP a fazer e do Partido Socialista que dá 12, não é?
Quem vota contra a retirada do ponto 10 da ordem de trabalhos? Muito bem. 13.
Votaram contra a retirada do ponto 10 da ordem de trabalhos os grupos municipais do Chega. e do PSD e do CDS. E, portanto, temos a favor da retirada 12 votos, a manutenção do ponto 13 votos e vamos manter o ponto 10. OK? Muito obrigado.
Vamos então agora entrar no período da ordem do dia. Concluído que está o PAOD.»

Período da Ordem do Dia

Ponto 1. **"Contratos Interadministrativos com as Freguesias - 2026"**.

Da Assembleia Municipal
Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Vamos começar pelo ponto 1, em que vai ter como primeiro grupo municipal a intervir o PSD, depois será o CDS, o Chega, o PS e o Unir Para Fazer. Ponto um, que é os contratos interadministrativos com as freguesias 2026. E começo por dar a palavra ao senhor presidente da câmara.»

Da Câmara Municipal
Presidente do Executivo, Rui Dias:
«Muito obrigado, senhor presidente.
Os contratos interministrativos foram previamente distribuídos pelos senhores deputados. Os textos são tudo semelhantes ao modelo que tem vindo a ser adotado nos últimos anos, salvo quanto aos valores, que é um ligeiro reforço da dos valores transferidos. E há também uma uma rubrica que tem a ver com a compensação eh da delegação de competências pelo facto de nos últimos anos, desde 2019 até 2025 eh os valores da delgação de competências não terem sido revistos desde 19 até 2025.
Nós entendemos que este valor no valor de 52.000 euros devia ter devia ser distribuído de forma igual pelas quatro freguesias do concelho e não no modelo convencional de de acordo com a população de cada uma das freguesias por forma a promover a coesão e o equilíbrio e a ascensão dos territórios mais pequenos ou de mais baixa densidade, como é o caso do Carmo e da Encarnação, modelo que foi adotado, foi proposto por nós e foi eh aprovado por todas as juntas de freguesias envolvidas, nomeadamente as maiores, que seriam as mais beneficiadas se continuássemos a seguir o modelo um modelo mais convencional. E, portanto, gostava deixar isto registado, não exatamente o facto de termos eh atribuído um valor superior às às quatro freguesias, mas o facto de todas elas terem aceite o modelo e de sobretudo as maiores e de São Salvador e a Gafanha da Nazaré terem aceite que e este valor pudesse ser superior para as freguesias mais pequenas, que é um facto que eu gostava também aqui a deixar eh sublinhado. Por mais, estamos aqui à disposição para prestar os esclarecimentos que que entenderem adequados.»

Da Assembleia Municipal
Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Muito obrigado, senhor presidente. Do Partido Social-Democrata, alguma inscrição? Do CDS? Temos o deputado António Pinho. Do Chega? Do PS, temos o deputado Pedro Martins e Sérgio Lopes. E do Unir Para Fazer, José Pinto Reis.

A mesa, entretanto recebeu aqui a uma proposta de alteração da cláusula sétima a relativa a este ponto um por parte do grupo do PS. Estamos a analisar e já e já voltamos a este assunto. Então, temos que ter tempo para para estudar o documento que nos foi entregue agora. Podiam ter feito durante o intervalo e nós também teríamos eh já que perdemos o o tempo de ir à casa de banho, também perderia o tempo para ler isto, não é? Portanto, eu proponho que se iniciem as as intervenções e depois eh logo logo ou então teremos fazer mais um intervalo, não é? Temos temos que contactar o nosso gabinete jurídico. Mas vamos começar as intervenções.»

António Pinho, Grupo Municipal do partido do Centro Democrático Social:
«Muito obrigado, senhor presidente. Bem, neste ponto e nesta primeira intervenção, apenas enfatizar a importância eh deste deste mecanismo eh de facto na promoção da solidariedade e do desenvolvimento eh entre todo o nosso concelho.
É de facto um mecanismo, enfim, que não é não é novo, mas de transparência, de que de objetivos, claro, e objetivo. E acho que independentemente, obviamente todas as juntas de freguesia fazem a sua negociação e têm a sua suas ambições óbvias e lógicas. Mas este aquilo que o senhor presidente acabou de referir, este compromisso entre as juntas de freguesia e a e essa cooperação, cooperação que obviamente é cooperação institucional e instrumental entre o executivo e os executivos da junta de freguesia e o contributo de facto inestimável e indispensável para a coesão e para o desenvolvimento do nosso concelho no seu todo. Acho que é isso que é importante enfatizar. Obviamente que todos defendendo os seus interesses e querendo sempre mais que o que é o que é obviamente legítimo e e razoável e felicitar quer a Câmara Municipal Executivo, quer os presidentes de junta aqui presente e os senhores executivos por por pela obtenção destes acordos que são de facto um sinal de maturidade política e democrática no nosso concelho, que é o que está aqui em causa. Muito obrigado.»

Sérgio Lopes, Grupo Municipal do Partido Socialista:
«Muito obrigado, senhor presidente. A sobre este ponto, eu não deixaria, mas também não quero ser desleal para com a a o plenário, mas o ponto que nós introduzimos, o o a proposta que apresentamos é para alterar uma das cláusulas do da minuta dos contratos entre a Câmara e o as juntas de freguesia, mas lá iremos porque terá que ser apreciada. Pronto.
Ora bem, sobre o ponto, eh, nós gostaríamos de sublinhar, eh, não nos querendo, vamos lá ver o que, o que vem aqui é uma proposta da Câmara. São minutas de contratos que foram discutidos, certamente entre a Câmara Municipal e as juntas de freguesia, cada um, cada uma das partes tentando fazer valer os seus interesses e os seus, enfim, as suas pretensões, os seus objetivos.
E nisso nós não pretendemos imiscuirmos nesse nesse debate, nessa discussão que terá havido entre a Câmara e a Junta de Freguesia. De qualquer modo, gostaríamos de sublinhar alguns aspectos a que que resultam da leitura do dos documentos. Primeiro que tudo, é aqui falado na proposta que nos é apresentada num reforço, num aumento eh do da do valor do valor entregue às juntas, globalmente entregue às juntas de freguesia.
Dá a ideia que há um aumento do valor entregue às juntas de freguesia. Bom, relativamente aos contratos interadministrativos, não há uma atualização propriamente desse valor. Portanto, no e esses contratos administrativos pretendem, digamos assim, assegurar às juntas de freguesia a possibilidade de de investirem. Portanto, é um apoio ao investimento em cada um dos territórios das nossas quatro freguesias.
Mas aí não mexeu, aí continua a ver o mesmo valor e eh que existia e anteriormente. Agora, onde efetivamente o que é que efetivamente aconteceu por aquilo que nos é dado de ver? Há aqui a utilização do documento, há aqui a utilização destes contratos administrativos para, digamos assim, eh fazer uma atualização, aí sim do auto de consignação que foi celebrado já em 2019 e desde 2019 até hoje os valores desse auto de consignação nunca foram atualizados, apesar de termos tido no período uma inflação que eu diria elevada para aquilo que estávamos habituados. ao longo dos últimos anos, particularmente nestes últimos anos, houve uma houve taxas de inflação eh eh elevadas, como digo, para aquilo que tinha sido, digamos, o registo de anos anteriores e nunca houve uma atualização desse auto de consignação 2019 que foi feito, eh, como se recordam, no âmbito da da lei da descentralização de competências.
Bom, e nós saudamos essa atualização do auto de consignação que se destina também, como sabem, a uma, eh, digamos, e a promover ou a ajudar as juntas de freguesia e financeiramente no que diz respeito às tarefas correntes de manutenção, de limpezas, etc. Bom, portanto, verdadeiramente aí sim concordamos que tenha sido utilizado,

independentemente da questão legal ou não, mas penso que essa estará a cautelada, concordamos que tenha sido utilizado o tenham sido utilizados os contratos interadministrativos para fazer essa atualização.
Agora, no que diz respeito ao investimento que as nossas quatro juntas de freguesia podem fazer nos seus territórios, aí não se mexeu, aí continua a ser o mesmo. E é isso que gostávamos eh de sublinhar. Há aqui outra questão que é referida na proposta que é que é apresentada pela pela Câmara, subscrita pelo senhor assinada pelo senhor presidente da Câmara, que diz aqui a a dado passo que o apoio é de tem um valor global final de 390.000 € e depois no ponto 14 e depois no ponto 15 da proposta diz que a esse valor acrescem ainda 20.000 € portanto diz que o valor global final é 390.000 E depois diz no ponto seguinte que a esse valor acrescem ainda 20.000 € que dizem respeito à sustentabilidade ambiental. Ora, então eu pergunto, o valor é o valor total do do apoio é de 410.000 €? É 390.000 € mais 20.000 €? Bem, não é? Basta fazer as contas para concluirmos que estamos a falar de um de um de um bolo de 390.000 € e não 410.000. Portanto, há aqui aquilo que eu considero uma gralha, não? Não, não acredito que tenha havido aqui a intenção de, como é evidente, como é evidente, pronto, mas temos que chamar a atenção para esses pormenores.
Bom, mas isso está fora de questão, como é evidente. Eh, mas está escrito, não é verdade? Está escrito. Eh, pronto, era isso que gostávamos de dizer. Portanto, eh, há um incremento, sim na atualização do tal e do referido auto de consignação, mas no mais não. Eh, o que significa que no que diz respeito a ao apoio ao investimento, continua a estagnação que se já que já se assistia em anos anteriores.
Portanto, nesse aspecto, não houve uma melhoria, apesar de haver uma digamos uma transferência de verbas, enfim, globalmente positiva para as juntas de freguesia, pela forma que acabei de descrever, verdadeiramente, no que diz respeito à ao investimento, ao apoio ao investimento, continua a haver estagnação de verbas e que que são, digamos, e eh que são entregues às juntas de freguesia.
Resumidamente, é isto. Eu não me quero alongar. Eh, são estes pontos que gostaríamos de destacar aqui nesta, na inicialmente, eh, volto a chamar a pedir ao senhor presidente então que tenha em consideração também a proposta que entrou, naturalmente que o fará. E para já é tudo. Muito obrigado.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer':
«Mais uma vez, boa noite. Esta proposta que nos chega é nos complexa de eh avaliar. Primeira porque por uma questão legal, estamos a artificialmente alterar um documento, o auto de delegação de competências através de um outro documento que é o contrato interadministrativo.
Não tenho formação na área, mas considero que é gato escondido com o rabo de fora. Estamos a misturar dois conceitos, dois procedimentos, duas formas diferentes de aprovar e de financiar as juntas de freguesia. A diferença que existe entre um contrato, um contrato interadministrativo e um contrato de delegação de competências, é que o interadministrativo visa o investimento, visa a criação e o de delegação de competências visa o assegurar de determinadas funções que eram da Câmara Municipal e que foram transferidas para as juntas de freguesia. E nesse sentido compreendemos o critério utilizado de uma repartição igual matemática entre as câmaras, entre as juntas de freguesia. Agora é difícil de o fazer repercutir sobre a base, sobre aquilo que era o auto inicial. Se tivéssemos que fazer um uma percentagem de atualização, um critério de atualização ao auto ao auto de delegação de competências, iríamos a verificar que alguns, algumas juntas de freguesia tinham taxas de atualização muito superiores a 100% e outras teriam uma taxas de atualização muito baixas. E isso eh é difícil fazer entender qualquer pessoa que possa vir a ter um olhar mais fiscalizador, mais externo sobre o município. A na sua liberdade de negociação, as juntas de freguesia aprovaram, são defenderam os seus munícipes e os seus fregueses da forma como acharam mais correta. Provavelmente porque é melhor ter 13.600 do que não ter nenhum. E percebe-se a posição dos senhores presidentes de junta. Em relação àquilo que é a redação dos contratos, julgo que existe uma menorização desta assembleia. Esta assembleia está habituada a que os contratos venham a esta assembleia para conhecimento. Nos contratos nada está previsto. E outra coisa que nos espanta também em termos formais é de que os tão falados relatórios que tanto celeuma deram no mandato anterior se mantêm é bom sinal. É sinal que afinal tinham sentido, eram úteis e deveriam manter-se. Há uma alteração, é verdade que não existe um quarto eh um quarto relatório. Existe só um terceiro que só existirá quando se concluírem os trabalhos. Mas a existência dos relatórios é extremamente positiva e da nossa parte merece todo o apoio. H, agora acontece é que estes relatórios não são validados por nenhuma instância, não são aprovados na Câmara Municipal.

Não está o que está previsto, apesar de algo de ser dito oralmente que os relatórios vão para aprovação na Câmara Municipal, aquilo que está nos contratos é que vão para conhecimento. Como foi dito anteriormente, os contratos interadministrativos não reforçam as verbas e, pelo contrário, tem um tm um efeito ou diminuem o seu efeito de alavancagem.
No passado eram as juntas de freguesias convidadas ou obrigadas, se se assim o quiserem interpretar, a contribuírem com 15% do investimento camarário. essa cláusula foi retirada e isso faz com que o valor do investimento final seja menor, porque as juntas de freguesia não terão que comparticipar com os 15%.
É uma questão de matemática. Da nossa parte, os trata-se de um documento entre as juntas de freguesia e o executivo, mas é o que está em causa são dinheiros municipais. E por isso a nossa postura e a nossa análise tem que ser coerente com os interesses municipais. E preocupa-nos, resumidamente esta questão legal de suporte e da utilização de documentos diferentes e de argumentações diferentes para justificar uma alteração num contrato interadministrativo.
E verificamos que há passos a dar no sentido de melhorar aquilo que são a transferência de verbas para as freguesias, que ao contrário daquilo que tinha vindo a acontecer nos últimos 4 anos, este ano é feito uma melhoria pelo por uma via, mas pelo através dos contratos interadministrativos. Essa melhoria não se verificou.
Uma coisa não deve confundir a outra. Eh, as juntas de freguesia merecem o nosso apoio e o nosso financiamento e o cumprimento das obrigações legais. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Muito obrigado Dizer-vos que a mesa então recebeu o uma proposta de alteração da cláusula sétima endereçada pelo grupo municipal do PS. Eh, eu vou pedir aos serviços para fotocopiarem eh pelo menos para dar a cada um dos líderes eh e será entregue no decorrer da intervenção do senhor presidente da Câmara. Tá bem, senhor presidente.
Tenha a palavra, por favor.»

<u>Da Câmara Municipal</u>
Presidente do Executivo, Rui Dias:
«Obrigado, senhor presidente. Quero registar as palavras do senhor deputado António Pinho, que enfatizou a coesão que estes documentos promovem e felicitou a câmara e as juntas por terem tido este exercício de maturidade política que permitiu chegar a estes resultados que hoje aqui apresentamos.
O Dr. Pedro Martins disse bem que de facto já houve a discussão entre as juntas de freguesia e a câmara acerca dos valores que estão aqui em causa e basicamente de valores que que falamos aqui. O que de facto há é uma atualização dos valores do auto de consignação. Eh, não há dúvida nenhuma que o valor que tá aqui em causa são os 300.000 e os 390.000 €. Eh, mas o que é essencial sublinhar é que este h este eh estes contratos interadministrativos eh configuram para as juntas de freguesia, para todas elas, um ganho de mais eh de 13.125 € mas mais. representa também um um acréscimo de 15% de receita que as juntas deixam de ter que adicionar obrigatoriamente às obras que propuseram.
Eh, e representa também eh este que este ajuste eh lhes traz um desafogo de 13.000 € que não tinham há nos últimos anos e que lhes fará, como percebemos, eh muito muito jeito. Eh, e portanto deixar aqui isso registado mais uma vez, filho no início da minha intervenção. Repito, aqui na negociação que existiu com entre a Câmara e as juntas de freguesia, houve sempre a maior das lealdades e transparências e houve de todas as juntas de freguesia inteira disponibilidade para acolher este modelo.
Não porque ele tivesse sido algum tem alguma configuração de chantagem sobre os intervenientes no sentido de ou aproveitas esta oportunidade ou perde-la para sempre. Nada disso foi os os documentos foram discutidos com maior das tranquilidades, com maior das transparências. Portanto, sublinhar aí aqui este este exercício de maturidade política que conseguimos conseguimos chegar e que este texto final reproduz bem.
O deputado Pinto Reis, como sempre, apesar de não dominar as questões legais, que gosta de de colocar questões legais. é um exercício que vem repetindo aqui regularmente. Eh, e portanto eu não percebendo quais são as questões legais que ele quer colocar, tenho muita dificuldade em lhe responder. O que é fácil de perceber é que h durante os últimos 4 anos os contratos foram atualizados em zero.
(Portanto, o que nós atualizamos aqui são 13.125 €. São 52.000 EUR que entregamos às nossas juntas de freguesia, às quatro juntas de freguesia, sem distinguir nenhuma. E, portanto, é certamente melhor para as nossas juntas de freguesia >> de dispor esses 13.125€

do que do que não disporem de nenhum. Portanto, não percebo qual é a dificuldade em fazer entender a qualquer pessoa o o exercício que aqui desenvolvemos, porque o exercício que aqui fizemos foi exatamente esse, foi o de habilitar as nossas juntas de freguesia com mais 13.000 1000 € para o exercício das suas atividades, o que é nalguns casos muito muito expressivo. E o facto de não termos tido nenhuma discussão em relação a nenhuma oposição. Discussão tivemos muita naturalmente, mas não termos tido nenhuma oposição e significa exatamente isso de que o caminho que seguimos é o mais acertado. Muito obrigado.

<u>Da Assembleia Municipal</u>
Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Muito bem. Eh, ainda não foram disponibilizadas as cópias? Não, mas eu eu começo. Eu começo, senhor presidente, já agora, eu começo só por adiantar o que é que esta proposta de alteração da cláusula sétima deste ponto um, contratos interadministrativos com as freguesias 2026, apresentado pelo grupo municipal do PS, eh, é uma alteração, uma alteração eh no número quatro da cláusula sétima.
Eh, isso onde eh o documento endereçado pela Câmara diz que os relatórios mencionados na cláusula anterior, no âmbito da avaliação do contrato são objeto de conhecimento em reunião de câmara. Ponto. Obrigado.
E a proposta do Partido Socialista diz que pretende ou propõe que a redação seja a seguinte: os relatórios mencionados na cláusula anterior, no âmbito da avaliação do contrato são objeto de aprovação em reunião de câmara, sendo o relatório previsto no ponto I e I da alínea b) do número 3 da referida cláusula introduzido na ordem do dia da subsequente sessão ordinária da Assembleia Municipal. para conhecimento. Portanto, é esta a intenção, eh, propositura do grupo municipal do Partido Socialista.»

<u>Da Câmara Municipal</u>
Presidente do Executivo, Rui Dias:
«Peço desculpa, posso intervir? Tanto que percebi a questão é que os relatórios possam vir para o conhecimento da Assembleia Municipal depois de terem sido aprovados na reunião de câmara. É o último, é o último final. Nada, nada contra. Quer dizer, não tenho que decidir. Não sou eu que tenho que decidir.»

<u>Da Assembleia Municipal</u>
Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Portanto, quem vota contra a admissão da proposta? Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, a proposta está admitida.
E agora podem apresentar. Eu convido o grupo municipal do PS a fazer uma apresentação desta proposta de alteração da cláusula sétima».

Pedro Martins, Grupo Municipal do Partido Socialista:
«Muito obrigado, senhor presidente.
As razões e que subjazem à à proposta de alteração à cláusula sétima número três constam do documento que foi agora entregue aos diferentes grupos e da Assembleia Municipal. A a verdade é que, mas eu não vou não vou ler, não há necessidade, está aí, mas vou tentar, digamos, passar a ideia que está subjacente a esta proposta.
À assembleia municipal vêm estes contratos, como ahah hoje acontece para serem aprovados. Portanto, estas minutas, ainda são minutas, não são contratos, são minutas que serão depois assinadas. Estas minutas vêm, passam pela, pela Câmara Municipal e depois são submetidas à Câmara Municipal, que é o órgão competente para deliberar sobre estas propostas.
Bom, se assim é, eh, deixar de trazer a e há aqui um aspecto que eu gostava de referir. Nós, nós PS, já lá vou, nós PS sempre defendemos que a a crítica à oposição, a fiscalização do trabalho das juntas de freguesia não é aqui que se faz, é nas assembleias de freguesia. Mas a o pormenor aqui, a questão aqui é esta.
Trata-se de apoios financeiros que o município de Ilhave dá a cada uma das quatro freguesias. Apoios financeiros que vêm para a aprovação da Assembleia Municipal. E, portanto, a Assembleia Municipal, no uso das suas competências legais de fiscalização, eh eh tem todo o direito e o dever de apreciar.

E o que nós propomos aqui não é não é apreciar todos os três relatórios que serão submetidos pela Junta de Freguesia à Câmara Municipal, mas apreciar apenas o último relatório do ano. É só isso que nós pretendemos para termos conhecimento de como é que foi utilizado eh como é que foram utilizados os fundos que foram e muito bem entregues às juntas de freguesia.
Portanto, é esse o objetivo. Portanto, trata-se aqui de alterar a norma, esta, este número três, este número quatro da cláusula sétima, no sentido de vir à Assembleia Municipal, portanto, o último dos relatórios. Portanto, já não queremos que venham todos os os três relatórios, mas que venha o último relatório para conhecimento à Assembleia Municipal e que esses relatórios, é outra alteração que fazemos à norma, sejam objeto de aprovação em reunião de câmara, que também não consta.
Portanto, devem ser aprovados em reunião de câmara, porque qualquer dia andamos aqui todos a apreciar tudo e mais alguma coisa, como também se quer fazer no no ponto 10, apreciar, apreciar, apreciar, mas quer dizer, há matérias que devem ser efetivamente apuradas, eh, perdão, aprovadas pelos órgãos competentes.
É esse o nosso entendimento. Mas no que diz respeito à Assembleia Municipal e é nesse patamar que nós estamos, a devem vir aqui pelas razões referidas que acabei de referir. E é só isso. Penso que é tudo. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Feita a apresentação da proposta, abre a discussão. E pergunto se alguém se quer haver debate. Estou a abrir o debate. Estou a abrir as inscrições.
Mas primeiro o senhor vereador quer fazer uma interpelação à mesa. Não pode, não pode fazer. Senhor vereador não pode falar, só pode defender a honra. Não, se o senhor vier aqui defender a honra, que com certeza pode vir defender a honra, se vem fazer uma interpelação, vou ter que lhe tirar a voz. Tá bem. É defender a honra.»

Da Câmara Municipal
Vereador em Regime de Não Permanência, João Semedo:
«Muito obrigado, senhor presidente. agradecer a possibilidade que me deu para defender a honra, que ainda há pouco também ouvimos uma defesa da honra e que no fundo também não era uma defesa da honra, mas neste caso é mesmo uma defesa da honra porque é defender a honra dos vereadores que estiveram na discussão deste ponto na última reunião de câmara com muita pena eh dos membros do movimento unir para fazer.
Este ponto não foi discutido numa reunião de câmara pública, porque se tivesse ocorrido dessa forma, hoje os senhores deputados teriam mais eh informação para eh poderem discutir este ponto. E aquilo que foi eh discutido na reunião de Câmara foi que os eh relatórios deviam seguir para a Câmara para a aprovação e eh foi eh apresentado pela maioria que isso iria acontecer, apesar de não estar escrito nos relatórios.
Portanto, isso foi também um desígnio. Foi dito em reunião de câmara que isso iria ocorrer, apesar de não estar escrito nos relatórios. Portanto, muito obrigado, senhor presidente, pela oportunidade.»

Interpelação à Mesa

Da Assembleia Municipal
Presidente Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, José Arvins:
«Boa noite, senhor presidente da mesa da assembleia e na sua pessoa cumprimento todos os membros desta assembleia. Senhor presidente do executivo municipal, na sua pessoa, cumprimento todos os membros também do da vereação, o público aqui presente e quem nos ouve lá em casa. Nós estamos aqui a falar de uma de uma alteração a uma línea aqui na Assembleia Municipal, mas estamos-nos a esquecer que o documento que foi às juntas de freguesia e que foi aprovado na junta de freguesia é este que aqui está.
Em que posição é que eu fico perante a minha assembleia de freguesia se hoje alterarmos aqui este ponto? E, portanto, é isso que eu que é isso que eu pergunto e se vocês querem fazer tornar eh regressar isto às assembleias de freguesia eh esta questão é pena que quem pôs aqui esta questão, o PS não o tenha posto, por exemplo, na Assembleia de Freguesia da Gafanha da Nazaré.
Portanto, se estavam em consonância, o contrato foi igual para todas as juntas de freguesia, as alineas e o PS tinha obrigação de na Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré ter feito esta chamada de atenção. É isto. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:

«Mais alguma intervenção? Eh, ou então passamos à votação.

Foi uma interpelação. Estamos no debate. A ordem é a ordem do ponto. A ordem do ponto é: começa pelo PSD, Margarida Alves e Flor Agostinho. Do Chega? Do CDS? António Pinho, Do PS, Sérgio Lopes. Do Unir Para Fazer, Pedro Cristo.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do Partido Social Democrata:

«Muito obrigada, senhor presidente. Considerando a proposta apresentada pelo Partido Socialista, a e considerando que eu também já fui autarca de freguesia e também a com algumas e funções e nomeadamente de presidir a assembleia de freguesia, concordo com o presidente da junta da Gafanha da Nazaré.

Este documento, esta minuta já foi aprovada em assembleia de freguesia e eu tenho todo o respeito por todos os órgãos autárquicos que são eleitos pelo povo. Portanto, se as assembleias de freguesia já aprovaram, já debateram e se não houve pedido de alteração das minutas por respeito institucional da Assembleia Municipal perante as assembleias de freguesia, considero que este ponto veio ao debate, mas se for a votação, eu votarei contra.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do Partido Social Democrata:

«Bem, eu venho aqui reforçar um pouco o que diz a Margarida. A junta de Freguesia é uma entidade, a Câmara Municipal é outra entidade. Há separação de poderes. As duas entidades decidem celebrar um contrato de financiamento. O contrato de financiamento já todos chegamos a uma conclusão que beneficia e também tem algumas, enfim, tem benefícios que que que imprimem alterações anteriores que são benéficos para as juntas de freguesia.

Há aqui seriedade entre os autarcas da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal. Nós acreditamos nessa seriedade. Nós acreditamos na necessidade dos dos membros de uma assembleia e os membros da Câmara Municipal. Se houver alguma dúvida, se houver algum problema, a Câmara Municipal tem a toda altura, a Assembleia Municipal tá em toda altura, poderá chamar a si a fiscalização do desenvolvimento e realização dos contratos.

Eu também sou da opinião que nós não devemos imiscuir-nos dos assuntos tratados entre a Câmara e a Assembleia. Também concordo com o que foi dito aqui pelo pelo presidente de junta, o Arvins, de que não faz sentido. Dizer houve uma assembleia de junta, houve uma assembleia de freguesia, teve uma atitude, discutiu, decidiu, aprovou e agora nós vamos alterar aquilo que eles celebraram.

Desculpem, isto cria aqui uma desconfiança para com os autarcas das assembleias de freguesia.»

Sérgio Lopes, Grupo Municipal do Partido Socialista:

«Obrigado, senhor presidente. Eu vou só, senhor presidente, posso? Obrigado. Eh, senhor presidente, eu vou só eh situar a discussão que estamos a ter.

Aquilo que o Partido Socialista está a propor é que se faça aquilo que sempre se fez. Aliás, aquilo que nós propomos até é que esta Assembleia Municipal, ao invés de apreciar para conhecimento os três relatórios, aprecie apenas o relatório final. Aquilo que ocorria e que nós propomos que ocorra é que a Câmara Municipal, ao invés de tomar apenas conhecimento na sua reunião de câmara dos relatórios, os aprove, como dizem os considerandos da nossa proposta, a Câmara Municipal é um órgão colegial que acolhe diferentes perspectivas e essas diferentes perspectivas têm que poder verter-se numa votação sobre o relatório de execução dos contratos interadministrativos. E, portanto, nós propomos que a Câmara aproveó como sempre aprovou, ao contrário da proposta que nos chegou. E propomos também que a Assembleia Municipal, nos termos da lei, nos termos da lei, porque se lerem os considerandos, isto não se, aquilo que nós propomos, não se trata de uma arbitrariedade, trata-se do cumprimento da lei, porque se a Assembleia Municipal tem a competência de aprovar os contratos interadministrativos, também tem a competência determinada legalmente de acompanhar a execução desses contratos, conforme está nos considerandos da nossa proposta. E, portanto, tem que haver, tem que haver uma forma de a Assembleia Municipal acompanhar essa execução. E a forma de acompanhar a execução é naturalmente conhecer os relatórios de execução.

Aquilo que nós propomos é que, ao invés daquilo que que acontecia, em que eram aqui debatidos todos os relatórios de execussão, seja debatido o relatório final, que é o terceiro. parece-nos o mínimo dos mínimos para garantir a para garantir a capacidade de fiscalização desta Assembleia Municipal aos contratos interadministrativos nos termos e da lei. Nós temos naturalmente toda a confiança e toda a lealdade institucional para com os executivos das

juntas de freguesia e para com as assembleias de freguesia eh do nosso município. Não é isso que está em causa. Naturalmente que se as assembleias de freguesia já reuniram para aprovar uma versão dos contratos interadministrativos que não será a mesma que nós aprovaremos, trata-se das vicissitudes da democracia, essas assembleias de freguesia terão que voltar a reunir para aprovar a versão final, a versão final dos contratos interadministrativos, poderia acontecer o inverso. Poderiam as assembleias de freguesia rejeitar os contratos administrativos, proporem altações aos contratos administrativos e nós temos que voltar a reunir para aprovar contratos administrativos, para apreciar propostas diferentes daquelas que aqui estamos a apreciar. Essas são as vicissitudes da democracia.
Portanto, eu espero que esta Assembleia Municipal opte por manter a acompanhar a execução dos contratos interadministrativos, coisa que esta proposta nos eh condiciona. Muito obrigado.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer':
«Senhor presidente, eu não vou fazer nenhuma interpelação, senhor presidente.
Até porque o Sérgio Lopes foi ali cortado por estar ali com tempo na interpelação e não é correto. Boa noite a todos.
Gostaria de fazer aqui uma referência que antes de falar sobre especificamente deste ponto é que AMI, a Assembleia Municipal de Ilhavo, também é eleita pelo povo e se existe separação de poderes e se este ponto que aqui está não é da nossa competência, então não temos que estar a discutir.
Se o estamos a discutir é porque é da nossa competência. E por muito que compreenda todos os constrangimentos que possam existir na própria proposta, que possa existir nas próprias assembleias, isso não nos deve constrangir a nós próprios tomar a decisão que entendemos tomar em consciência. Por isso, as justificações até agora que disse deram não foi porque ou não se podia fazer o relatório que era complicado, como há 4 anos recordam-se todos que era eh não existiam.
Foram criados hábitos, se calhar muitos relatórios, muitas coisas. Agora só estamos a falar de um único relatório final, do relatório de aprovação, do relatório legítimo de aprovação e vira a conhecimento desta assembleia que aprovou ainda há pouco tempo o orçamento que foi atribuir para estes montantes que aqui estão neste momento.
Por isso, eh, nós vamos e, por nossa parte, damos o acordo à proposta que o PS aqui, eh, apresentou. Depois sobre o outro ponto dos valores da delegação atribuídos, iremos depois intervir posteriormente.»

António Pinho, Grupo Municipal do partido do Centro Democrático Social:
«Muito obrigado, senhor presidente.
Sim, na verdade, e todos os argumentos são válidos, naturalmente, e estamos a discutir este ponto. Agora, há um há um aspecto que que é incontornável, não é? Quer dizer, e que o senhor presidente junta da freguesia da Gafanha da Nazaré colocou, eu diria, de de forma civilina. Porque se nós temos eh acordos que estão a ser votados, que já foram sufragados eh nas respectivas assembleias de freguesia, no limite, eu diria que podemos podemos pensar no próximo nos próximos no próximo processo, não é? Estão aqui os os quatro presidentes de junta da freguesia que elogiamos até agora o entendimento, a cooperação, a lealdade, etc. E agora nós neste órgão estamos a a alterar algo que já foi votado. Eh, seja mais substancial, seja menos substancial, na verdade eh nós estamos a e passa a expressão a passar por cima de algo que já foi, já foi sufragado. E, portanto, da nossa parte, do ponto de vista institucional, isso não seria um bom sinal.
Portanto, a Juntas de Freguesia, a Câmara Municipal fizeram o seu trabalho, se tiveram o seu entendimento. Portanto, da nossa parte, eh, diria que no mínimo será inoportuno fazê-lo fazê-lo neste momento e, portanto, seria extemporâneo no mínimo. Será? Muito obrigado.»

Da Câmara Municipal
Presidente do Executivo, Rui Dias:
«Gostava em primeiro lugar de dizer o seguinte. O senhor vereador João Semedo usou, invocou a a figura regimental da defesa da honra para ir ao púlpito aproveitar para tornar pública a posição dos vereadores da do Unir para fazer na Câmara Municipal. Eh, posição essa que foi reprovada na Câmara Municipal.
Eh, todos tiveram a oportunidade nessa altura de expressar a sua opinião, depositando na Câmara Municipal a legitimidade para avaliar da bondade e da regularidade dos documentos que aqui estamos a analisar. Portanto, eu peço ao senhor presidente que não permita este

tipo de abusos no futuro e que não se generalize a ideia de que é possível a cada um exercer os seus mandatos fora dos órgãos para que fomos eleitos.
No mais, eh, dizer o seguinte, é a Assembleia Municipal absolutamente soberana para fazer o que entender em relação a este texto, a proposta que aqui trouxemos e que foi aprovada na reunião de câmara e não foi aprovada na reunião de câmara por ela ser privada ou por ser escondidas, porque a opinião que temos em privado é exatamente igual à que temos em público, só que por força do regimento da da Câmara Municipal nós temos reuniões privadas e reuniões públicas e os assuntos que vêm a para decisão chegam em catadupas e, portanto, temos que os decidir com a variedade possível. E o facto de termos tido necessidade de discutir de forma privada estes documentos, deveu-se apenas à agenda e ao formato que foi seguido e à velocidade a que foi possível processar a informação para construir os documentos e não a qualquer intenção de furtar ao conhecimento público aquilo que aqui decidimos, até porque as atas da Assembleia da Câmara Municipal são públicas e são e consultáveis por toda a gente.
O facto das posições do Unir Para Fazer não obterem vencimento na Câmara, eh, enfim, não têm é que vir aqui ser discutidas ou replicadas e agradeço-lhe que não permita um e uma repetição do exercício desta natureza nesta Assembleia Municipal.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do Partido Socialista:
«Eu peço desculpa pelo adiantado da hora. Neste mandato está a ser muito frequente questões levantarmos questões procedimentais e e era escusado, era escusado, era escusado. Agora, e há uma coisa que que eu tenho que dizer que mas eu não queria alongar-me no debate, mas há uma coisa que eu tenho que dizer. Ninguém a mim me vai calar nesta Assembleia Municipal, sempre que eu entenda que as coisas devem ser ditas.
E penso que isso é o sentimento de qualquer membro da Assembleia Municipal. Pronto, porque o facto de uma matéria que está em discussão nesta assembleia poder eh causar constrangimentos às nossas freguesias, peço desculpa, mas eu não vou deixar de defender aquilo que entendo, porque se neste processo de criação dos de preparação das minutas dos contratos isso já foi para a assembleia de freguesia, se calhar não devia ter ido sem primeiro ser fechado aqui, porque vai ser fechado aqui hoje.
E só depois de ser fechado aqui hoje é que devia ter ido para as juntas de freguesia, na minha maneira de ver, do da condução do processo de de de da negociação dos contratos. Mas pronto, isso é uma questão, é o meu entendimento. Tudo bem. Agora, e uma coisa é certa, estas minutas vão ser aprovadas hoje com alteração ou sem alteração. Pronto.
E e independentemente daquilo, pá, peço desculpa, mas se há constrangimentos. Bom, eh, agora, relativamente, senhor presidente, relativamente à condução dos trabalhos, eu ainda ainda não está encerrado o o debate do ponto. Portanto, eu eu pedia que fosse encerrado o debate do ponto e depois votarem-se a a votar-se a proposta de alteração e depois a proposta final, consoante aquela que seja a votação da proposta de alteração. Pronto.
Portanto, encerrávamos o debate e depois no fim fazíamos as votações. Não saímos daqui. Muito obrigado.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer':
«A minha intervenção e a minha interpelação vai no sentido de dignificar o papel da Assembleia Municipal. A assembleia municipal tem votações em aberto, não são dadas como adquiridas e depois partir do princípio que os pontos vão ser aprovados ou reprovados a priori não é eh bom sinónimo. E se de repetindo aquilo que foi dito pelo deputado Pedro Martins, se existe alguém que já tomou decisões noutro sentido, nós teremos que não nos podemos e abster de tomar as nossas decisões e nem nos sentir condicionados, senão não estamos aqui a fazer nada. E nesse sentido eu acho que eh devemos manter eh primar pela alteração deste ponto.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do Partido Social Democrata:
«Eu não estou aqui para defender ninguém, mas estou aqui como deputada municipal dizer o seguinte: quando vem um ponto a discussão e se é proposta uma alteração de de minutas que já foram aprovadas em assembleia de freguesia, executivo de freguesia e reunião de câmara, faz-se por unanimidade, porque é que nós vamos compar o processo para que as assemble voltamos a alterar, vamos exigir às assembleias de freguesia que façam uma assembleia de freguesia extraordinária e vamos adiar o financiamento das juntas de freguesia. Eu não vou assumir essa responsabilidade. Obrigado.»

Andreia Bento, Grupo Municipal do partido Chega:
«Muito boa noite. Apresento os meus respeitosos cumprimentos, senhor presidente da mesa da da assembleia, senhor presidente da câmara, senhoras e senhores deputados, estimado público presente e online. Ora bem, eu venho aqui simplesmente para manifestar a nossa posição relativamente a este assunto.
Nós compreendemos perfeitamente o constrangimento que isto possa causar aos excelentíssimos senhores presidentes das juntas de freguesia. No entanto, enquanto deputados municipais, eh, temos o dever de fiscalizar e de ter transparência naquilo que fazemos. Pelo que a proposta do PS, neste sentido, da apresentação do relatório, parece-me todo importante para essa transparência. Muito obrigada.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Muito bem, então vamos passar à segunda ronda de intervenções e no final vamos votar esta proposta. Então vamos para a segunda ronda. Portanto, a começar pelo PSD. Alguma inscrição? Os três. Portanto, temos os presidentes, José Carapelho, Daniela Pimentel, José Arvins. Mais do PSD, mais alguém? Margarida Alves. Do CDS. Temos o Carlos Pedro. Alguma intervenção do Partido Socialista? Sérgio Lopes e o Pedro Martins. E de Unir Para Fazer? Pedro Cristo, João Braga e Pinto Reis.
OK. Então vamos começar pelo presidente José Carapelho. Pronto, pode ser a presidente Daniela Pimentel, com certeza.»

Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo, Daniela Pimentel:
«Boa noite a todos. Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e restante mesa. Excelentíssimo senhor presidente da Câmara e na sua pessoa, os restantes membros do executivo. Caros colegas presidentes de junta de freguesia, restantes membros da assembleia, estimado público aqui presente e que nos acompanha lá em casa.
É com grande sentido responsabilidade que tomo a palavra nesta Assembleia Municipal para enaltecer o contrato interadministrativo celebrado entre o executivo desta Câmara e a Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo.
Para uma pequena comunidade como a nossa, os recursos atribuídos representam muito mais do que números no orçamento. Significam confiança, oportunidade e desenvolvimento. Este importante apoio financeiro irá permitir que reforcemos infraestruturas e que melhoremos os espaços públicos. O valor investido numa pequena freguesia como a nossa irá ter um impacto direto na qualidade de vida dos nossos cidadãos.
A distribuição equitativa de fundos num dos pontos dos dos contratos interadministrativos celebrados com as diferentes freguesias do do município, é um sinal claro que o concelho pretendo um desenvolvimento justo, equilibrado, independentemente da sua dimensão. Acredito que ao fortalecer o crescimento local, estaremos também a promover um concelho mais unido.
Enquanto presidente de junta da freguesia da Gafanha do Carmo, reforço o compromisso de gerir estes recursos com rigor e transparência, salvaguardando um futuro sustentável para a nossa comunidade. Em nome da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo, o nosso sincero agradecimento pela confiança em nós depositada. Continuaremos a trabalhar com determinação e em cooperação, a fim de honrar os nossos compromissos e de construir um futuro melhor para a Gafanha do Carmo. Muito obrigada.»

Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação, José Carapelho:
Boa noite. Cumprimento o senhor presidente da mesa da assembleia e na sua pessoa todos os membros aqui presentes, o senhor presidente da câmara e na sua pessoa todo o executivo, o público aqui presente e a quem nos assiste em casa. O contrato interadministrativo entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia é um instrumento formal que define responsabilidades, competências e recursos partilhados entre os dois níveis de administração local. Serve para garantir que
(3:53:48) determinadas tarefas, obras ou serviços são executados pela junta com enquadramento legal e financiamento adequado, evitando improvisos e conflitos de competências. A sua importância é prática e política. Na prática, permite que as decisões sejam executadas mais perto das pessoas por quem conhece o território e os problemas concretos da freguesia.
(3:54:17) politicamente reforça a descentralização e reconhece a junta como parceira ativa do município e não apenas como uma entidade dependente ou decorativa. No dia a dia, no dia-a dia de uma junta de freguesia, o contrato interadministrativo faz diferença real. Viabiliza

intervenções rápidas na manutenção de espaços públicos, pequenos arranjos urbanos, limpeza, apoio logístico, gestão de equipamentos ou ações sociais de proximidade.
Em vez de esperar por respostas longas da Câmara, a junta pode agir porque tem competência delegada e meios para o fazer. Além disso, o contrato confere previsibilidade. A junta sabe o que tem a fazer, com que dinheiro conta e até quando. Isso melhora o planeamento, a gestão dos recursos humanos e a prestação de contas à população.
Sem este instrumento, muitas juntas ficariam limitadas a funções simbólicas e incapazes de responder às necessidades básicas da freguesia. Em resumo, o contrato interadministrativo não é burocracia. é uma ferramenta de trabalho. Quando bem definido e cumprido, melhora a eficiência, aproxima o poder das pessoas e torna a ação da junta mais útil, mais rápida e mais visível no cotidiano da freguesia.
Os valores que nos são apresentados até podem parecer idênticos a anos anteriores, mas não. Além dos 50.800 € acordados no contrato, os 6.000 para construção e colocação de alvelos de contentores, tivemos um acréscimo de 13.125 € que vem compensar a estagnação dos valores das delegações de competências desde 2019.
Mas no nosso entendimento como junta e muito importante, este contrato abrange 100% do que aplicaremos em obras, sem necessidade de alocarmos do nosso parco orçamento 15 ou 20%, como tem sido habitual, o que pode ser aplicado em novos trabalhos e acompanhamento dos nossos fregueses. A confiança ganha-se pelo trabalho e pela delegação. Obrigado.»

Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, José Arvins:
«Hoje nós estamos aqui a discutir os contratos interadministrativos entre o município de Ílhavo e as quatro juntas de freguesia. E este é um instrumento importante para o funcionamento do poder local.
Eu quero começar por destacar aquilo que deve ser valorizado, que é que foi o processo negocial que decorreu de forma cordial, transparente, houve diálogo, houve abertura e sobretudo houve vontade de encontrar soluções. É também importante referir que as propostas apresentadas pela Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré foram quase todas aprovadas e quase todas aceitos pela a pelo município de Ílhavo.
O que demonstra que quando há trabalho sério, fundamentado e focado nas necessidades da população, os resultados aparecem. Os 113.000 que a junta irá receber serão canalizados para obras com impacto direto na qualidade de vida da nossa comunidade. Vamos direcionar para a construção e reparação da rede de águas pluviais.
Este investimento é essencial para prevenir inundações, proteger habitações e melhorar a segurança das vias públicas. Estamos a falar de resolver problemas estruturais que afetam diariamente os nossos cidadãos e que as nossas vivências recentes deixaram bem gravadas na nossa memória. Também para a construção e requalificação de passeios em espaço público e no complexo desportivo da Gafanha.
Construir e requalificar passeios é garantir melhores condições de mobilidade, mais dignidade, mais segurança, também inclusão. E quanto ao complexo desportivo da Gafanha, apesar de ser usufruto do grupo desportivo da Gafanha, nós não nos podemos esquecer que é a propriedade da Junta de Freguesia e que passam por ali centenas de pessoas ao longo da semana.
Também vamos direcionar verba para a requalificação da casa mortuária. É um espaço de respeito, de dignidade e de apoio às famílias em momentos difíceis. E esta infraestrutura apresenta degradação ao nível da caixaria e já alguma falta de segurança ao nível dos vidros, bem como umidade nas paredes e nas madeiras.
Em suma, podemos afirmar que estas três áreas de intervenção são escolhas responsáveis e baseadas nas necessidades da freguesia. Quero realçar também uma alteração importante neste acordo de contrato interadministrativo. No passado, a verba que o município transferia para a Junta de Freguesia representava 85% do valor da obra, cabendo obrigatoriamente às juntas de freguesia colocar do seu próprio orçamento 15%.
E por isso, Pinto Reis, não há uma diminuição neste contrato interadministrativo. O município está a dar o mesmo. Acontece é que as juntas não são obrigadas a alocar no seu no seu orçamento, portanto, estes 15%. E as juntas, se precisam destas verbas é porque não tem a capacidade que tem o município para ter receitas.
E, portanto, era um fardo pesado para a Junta de Freguesia. Ou seja, nesta verba de 113.000 € atribuída pelo município, a junta havia-se obrigada a colocar 17.000 €. Muitas vezes colocou mais. E neste acordo essa obrigação por parte da junta de freguesia acabou. E por isso agradecemos muito ao senhor presidente da Câmara Municipal, eh, ter juntamente com a variação esta esta decisão.

Recebemos 113.000 € e estamos obrigados apenas a investir esses 113.000 €. Mas isso não quer dizer que a Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, em caso de necessidade, eh, aloque algum do seu orçamento para concluir obras que sejam necessárias. Importa também referir o reforço extraordinário de 13.125 125 € atribuído pelo município de Ignavo como forma de atenuar a não atualização dos valores do auto delegação de competências em vigor desde 2019.
Naturalmente reconhecemos este esforço e a atenção por parte do município. Contudo, por uma questão também de alerta, não podemos deixar de sublinhar que este montante cobra apenas cerca de 60% do valor que seria devido se considerássemos apenas a atualização da inflação desde aquela data até à data de hoje. O valor atual da delegação de competências é de 114.500 € para a freguesia da Gafanha da Nazaré. Se fosse atualizado com base na inflação acumulada, estaríamos hoje a falar de aproximadamente 136.600 €. Ou seja, ainda existe um diferencial que seria importante no futuro, caso seja possível ao município, senhor presidente, poder ser corrigido. Não se trata de uma reivindicação política.
Trata-se de garantir equilíbrio, justiça financeira e sustentabilidade na gestão das freguesias. E para finalizar e resumindo, este contrato representa, primeiro um processo negocial positivo, segundo um investimento concreto em áreas prioritárias e terceiro, um passo na valorização da freguesia. Senhor presidente, estamos disponíveis para continuar a trabalhar com espírito institucional, com responsabilidade e com foco na nossa comunidade, porque no fim é isso mesmo que importa, melhores condições de vida para as pessoas. Muito obrigado.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do Partido Social Democrata:
«Muito obrigado, senhor presidente. Nós a de facto a a temos que entender que as as coisas, a lei não é perfeita, mas e espanta-me que a a muitas vezes h não haja aqui um um respeito até ou então um conhecimento da própria lei, porque em bom rigor se nós formos à Constituição e a lei 75 de 2013, já hoje referida, os o o os contratos interadministrativos até são facultativos. São facultativos. É uma forma de financiamento das juntas de freguesia. OK? Isso não há dúvidas. Agora, não contem comigo para eu vou aprovar este ponto e o meu voto relativamente à proposta do Partido Socialista é contra. Este ponto foi aprovado por unanimidade na Câmara.
Há uma negociação entre as juntas de freguesia e a Câmara. foi votado executivo de câmara por unanimidade, foi votado pelas assembleias de freguesia das juntas, respectivas juntas de freguesia sem eh sem eh propostas de alteração. Nem eu até entendo que em bom rigor os relatórios da junta de freguesia que relevância tem para a fiscalização que nós fazemos à Câmara Municipal? Vamos, vamos fiscal, temos esse rigor em todos os contratos que são firmados pelo município ou é por ser um órgão autárquico que é autónomo na sua gestão e na sua representação? Porque quem votou para a assembleia de freguesia também votou para a assembleia municipal e votou para a Câmara Municipal. Foram três boletinhos de voto e em bom rigor, em bom rigor, a exação do São Salvador, o AD ganhou em todas. Portanto, as pessoas confiam porque sabem que nós somos transparentes na governação. E é isto que eu ainda não entendi, porque usou-se a palavra transparência.
Eu era uma opositora declarada e afirmo, continua a ser que era eh eh achava que era demasiado ter conhecimento dos relatórios das juntas de freguesia fazerem à Câmara Municipal. Quer dizer, a mesma coisa que, por exemplo, o chefe da proteção, o coordenador da proteção civil vai à Ponta Vista Alegre, vai haver uma obra XPT ou que vai custar não sei quantos, mas eu também quero que o relatório dele venha à Assembleia Municipal.
Desculpem lá, tem que haver bom senso. E isto não é o o desculpem, isto não é de politiques. Não é de politiques. Se votarmos, naturalmente as o ponto é favorável. Se votarmos alteração da minuta, vamos atrasar este processo dois meses. As juntas vão ficar sem direito aos fundos dois meses.
Os senhores querem, faço uma proposta ao Partido Socialista, retirem, por favor, a vossa proposta, porque é assim, se quiserem, deixem já para próximos contratos interadministrativos, se o município assim entender. Agora para estes, desculpem, mas é a responsabilidade é vossa no atraso da atribuição das verbas e se as nossas juntas de freguesia não tiverem acesso às verbas do interadministrativo. É vossa, não é nossa.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do Partido Social Democrata:
«Bem, eu sobre este assunto penso já está tudo dito e já há duas posições bem extremadas. E depois destas intervenções dos senhores presidentes, só falta um falar. Não sabemos qual é a sua opinião, mas espero que seja solidário com os outros três, porque certamente saberá defender o poder que detém e saberá falar com os seus fregueses e, nomeadamente com os membros das suas assembleias de freguesia.

Eu só queria realçar que aquilo que disse agora há pouco a Margarida, nós confiamos na seriedade das pessoas, confiamos na seriedade dos elementos da da da Assembleia de Freguesia, nós confiamos na seriedade dos membros da Câmara. Nós temos vários motivos e várias maneiras para poder fiscalizar tudo o que se passa nesta casa.
E até temos aí o ponto 11 que vamos discutir certamente para a semana para discutir mais uma forma de fiscalizar, mas isto vai atrasar. Ainda agora aqui um senhor presidente acabou de dizer que tem urgência em resolver alguns problemas, que tem necessidade de tesouraria e nós sabemos que este dinheiro faz falta nas juntas de freguesia e os membros da assembleia de freguesia sabem sabem perfeitamente que precisam deste dinheiro para avançar para avançar com concursos e sabem perfeitamente que lançar concurso é ter empreiteiros e para ter empreiteiros é preciso ter oportunidade porque hoje não é fácil ter empreenteiros para fazer as suas obras. E quanto mais cedo, melhor. E depois os recursos, o timing e depois não tenham dúvidas, eu também estou contra. E a responsabilidade não é do PSD. O PSD fez tudo e está a fazer tudo para que as juntas a partir de março possam ter disponibilidade financeira para realizar as obras que são necessárias e carentes nas suas juntas de freguesia. Se atrasarem o processo, a culpa tem dono.»

Carlos Pedro, Grupo Municipal do partido do Centro Democrático Social:
«Boa noite, senhor presidente. Boa noite, senhores vereadores, senhor presidente da Câmara, senhores deputados, quem nos ouve eh lá em casa e quem está aqui nas galerias. Bem, eu vou ser muito muito sucinto e prático.
Eu até podia eh aceitar que esta alteração do ponto do do deste contrato administrativo se fizesse para contratos futuros. OK? podia ser discutido agora andar com efeitos retroativos para contratos já estão assinados de livre vontade entre as partes aprovados por unanimidade entre o executivo, entre as juntas em que esse atraso, e isto é uma coisa muito importante, é dizer assim: "Qual é a vantagem de não os aprovar agora, deixá-lo seguir?" Só até agora só vimos desvantagens, é mais dois meses ou mais 2 meses e meio ou três. Qual seria a vantagem de acrescentar agora esta cláusula nestes contratos? Esta é a grande pergunta, não é nenhuma. Não é no futuro até pode haver alguma e até compreendo que de futuro tenha que vir aqui. Até os contratos deviam vir aqui as minutas antes, e concordo com o Pedro, poderiam vir aqui antes, mas daquela daquela altura acabávamos aqui na Assembleia Municipal o ano inteiro para ver todos os contratos, todas as minutas, todas as decisões, todas as obras, todas as pontes, todos os pilares, pilar a pilar, relatórios nunca mais acabava. Portanto, nós temos e o órgão executivo, deliberativo e fiscalizador, mas fiscalizador não é inquisitor, nem é querer saber aquilo que as partes acordaram de livre vontade. Uma coisa é haver e haver aqui alguma alguma e nulidade, enfim, irregularidade legal. Não. Há aqui uma uma no fundo uma uma como é que se diz? uma um uma não é não é sugestão, é uma uma posição de alteração à minuta feita pelo PS, que não digo que pareça mal de futuro, mas agora parece-me perfeitamente inaceitável. Muito obrigado.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do Partido Socialista:
«Muito obrigado, senhor presidente. O PS foi sempre a favor da dos contratos interadministrativos. O PS sempre defendeu que as freguesias deviam ver as verbas recebidas atualizadas para obstar à inflação e até terem essas verbas ampliadas no quadro da descentralização.
O PS sempre defendeu a descentralização em todos os níveis da da administração pública, eh central, local, etc. Portanto, aí tá tudo bem. O PS sempre defendeu a uniformização dos modelos de relatório, sempre defendeu, foi sempre aquilo que que também eh entendíamos que era o ideal para facilidade de consulta, etc., de análise. Agora, quando as reuniões de Câmara são privadas, é evidente que nós sabemos como é que foi a votação na reunião de Câmara, mas a reunião de Câmara foi privada.
Nós não temos atas das reuniões de Câmara para podermos consultar. As atas estão atrasadas, não há atas. Eh, eh, esta matéria não devia ser numa reunião privada, é uma opinião minha, devia ser numa reunião pública, não temos culpa disso. Eh, não temos culpa disso. Eh, há aqui uma matéria, voltando à proposta apresentada pela Câmara Municipal, os 20.000 € da sustentabilidade ambiental, eu percebo os critérios, o porquê da da distribuição pelas quatro freguesias, mas não percebo o critério da distribuição do do valor relativamente eh os 52.500 00 € relativamente à revisão dos valores do autoconsignação no no âmbito da descentralização. Eh, porque aqui é referido que serão atribuídos equitativamente a cada uma das freguesias.
Eu gostava que o senhor presidente da Câmara explicasse isso melhor, se se puder, porque o o equatitativamente significaria ver quais são as reais necessidades das freguesias e eh ver

quais são os o enfim, no quadro dos recursos financeiros disponíveis e distribuir a cada freguesia em função das reais necessidades, em função daquilo que cada uma já recebia e que eh valor esse que teria que ser atualizado, não é? Agora distribuir de igual modo 13.125 € e por cada uma.
Portanto, gostava apenas que que fosse melhor explicado, porque eu penso que o senhor presidente já referiu esse ponto, mas eu eu gostaria que explicasse melhor o porquê de ser igual para todas as freguesias. Eh, bom, o para concluir, eu não colaboro eh em atos que visam desqualificar a Assembleia Municipal de Ílhavo.
Não contem comigo para desqualificar a Assembleia Municipal de Ílhavo. Não há de vir. Porque é que mudaram isto? Porque é que o o a execução de um contrato vinha à Assembleia Municipal e de repente deixa de vir? Porquê? Porque é que alteraram isto? Qual é a mais valia de alterar essa questão de não trazer à Assembleia Municipal esse os a execução dos contratos, os relatórios de execução dos contratos? E da Câmara não os aprovar? Não percebo, não percebo.
É evidente que nós podemos sempre chamar e pedir à Câmara Municipal todos os contratos que quisermos, como é evidente. Agora, um contrato entre autarquias de, à volta de 400.000 €. Quer dizer, traz-se um ponto 10. Outro exemplo de desqualificação da Assembleia Municipal é agendar um ponto sem prévio conhecimento da assembleia da matéria que se vai eh eh debater, apreciar.
Isto é uma desqualificação da Assembleia Municipal. O ponto 10, nos termos em que foi introduzido na ordem de trabalhos. Eu nunca vi isso. Eu nunca vi um ponto sem base, sem suporte documental, seja ele documento digital, videográfico, fotográfico, etc. Eu nunca vi isso. Portanto, eu não contribuo para a desqualificação desta Assembleia Municipal.
Lamento os constrangimentos, aliás, não foi referido por todos os presidentes de junta aqui presentes os constrangimentos de ordem financeira. admito que os haja, mas para mim, acima de tudo, está, digamos assim, o efetivo exercício da fiscalização e da democracia neste município. E quanto a isso, é uma situação, para mim completamente fora de questão, eh, irrenunciável da minha parte, pôr de lado a democracia por meras e por meras razões, digamos, conjuntural.
Peço imensa desculpa, mas a democracia não é assim que funciona.»

Sérgio Lopes, Grupo Municipal do Partido Socialista:
«A democracia é o controle do poder político, diz Karl Popper e diz-nos o senhor presidente na sua atividade municipal, portanto, está familiarizado com este conceito, com esta expressão, que é aquilo que nos mobiliza nesta proposta de alteração.
A democracia não suspende. As competências da Assembleia Municipal não se suspendem nem por um mês, nem por dois meses, nem por um ano. A assembleia municipal tem a obrigação determinada por lei de acompanhar a execução dos contratos de delegação de competências, dos contratos interadministrativos, dos acordos de execução que aprova.
Portanto, se nós aprovarmos estes contratos de execução, temos que ter um mecanismo de acompanhamento dessa execução. E é isso que a proposta do Partido Socialista visa. Nós temos muito respeito pela autonomia das juntas de freguesia que não são tuteladas pela Câmara Municipal, nem pela Assembleia Municipal. Mal seria que agora pudesse aacar-se ao Partido Socialista qualquer ímpeto de tutela das juntas de freguesia, mas tutelamos as decisões que tomamos sobre as verbas do município.
E estes 400.000 são verbas do município sobre os quais nós estamos a decidir uma determinada distribuição e sobre os quais nós temos que ter mecanismos de acompanhamento da execução. Não nos compete a nós, aliás, nunca viram o Partido Socialista a fazê-lo aqui em relação a nenhuma junta de freguesia. Nunca não nos compete a nós avaliar a pertinência deste ou daquele investimento, se a plataforma da Barquinha devia ter 0 € ou mais euros no contrato interadministrativo.
Nós não fazemos nós não fazemos essa avaliação. Essa avaliação é para ser feita pelas assembleias de freguesia, mas temos que ter mecanismos de acompanhamento da execução que está a ser feita pelas juntas de freguesia dessas verbas. E essa obrigação que a Assembleia Municipal tem, que lhe é dada pela lei, não pode ficar suspensa.
E isso naturalmente não colida em nada com o relevante interesse municipal que o Partido Socialista atribui a estas propostas. O Partido Socialista é e sempre foi defensor do empoderamento da capacidade de investimento das juntas de freguesia. E a nossa proposta de alteração procedimental não altera em nada essa capacidade das juntas de freguesia se empoderarem e da Câmara Municipal contribuir para isso.
Aliás, o que o que de alguma maneira coloca eh obstáculos a que isso suceda ainda de forma mais aprofundada é a estagnação a que o apoio às juntas de freguesias está votado há longos

anos, como disse bem o senhor presidente da junta de freguesia da Gafanha da Nazaréia, porque ainda não conseguimos fazer face com este com esta dimensão de apoio, ainda não conseguimos fazer face ao aumento acumulado de inflação dos últimos anos.
Quanto mais incrementar a capacidade de investimento em cima da atualização de preços que temos que acompanhar. Portanto, dito isto, eu tenho que registrar com apreço a posição aqui transmitida pelo senhor presidente da Câmara, eh, que lidera o órgão executivo que aqui traz esta proposta e que foi o primeiro a dizer a quando da constatação da proposta de alteração do Partido Socialista que não tinha nada contra.
E, portanto, eu folgo em saber que o senhor presidente da Câmara, se tivesse voto na Assembleia Municipal votaria a favor desta proposta da alteração do PS e que não se sente enquanto presidente da Câmara que apresenta esta proposta. Nada amosquinhado pela proposta que o Partido Socialista aqui apresenta.
Nem tinha razões para isso, porque esta proposta visa manter os níveis de transparência que nós sempre tivemos no acompanhamento de execução dos contratos interadministrativos. Não queremos fazer mais do que do que aquilo que já fazíamos. Pretendemos a manutenção da capacidade de acompanhamento da Assembleia Municipal e esta proposta visa respeitar a capacidade de fiscalização da Assembleia Municipal dos contratos administrativos.
Portanto, eu estou confiante que os autarcas de freguesia compreenderão a nossa eh proposta. os autarcas das assembleias de freguesia que que também têm o papel de fiscalizar os executivos das juntas de freguesia compreenderão bem o alcance desta proposta da Assembleia Municipal. Estou certo que os executivos das juntas de freguesia e as assembleias de freguesia não demorarão 2 meses para reunir e aprovar a nova versão das minutas dos contratos interadministrativos que aqui estamos a aprovar. porque as minutas dos contratos interadministrativos ainda não foram assinadas, são assinadas depois de da Assembleia Municipal autorizar. Eh, e portanto estamos convictos de que esta proposta não criará nenhum obstáculo à normal capacidade de investimento das juntas de freguesia. Não adianta introduzirmos manicaísmos no debate político para condicionar, para dramatizar a situação em que estamos. Situação esta em que estamos, porque houve uma iniciativa da alteração do status quo sem que até agora, como disse bem o meu camarada Pedro Martins, tínhamos percebido qual era o intuito. A proposta de alteração do PS é fácil de perceber qual é o intuito, é manter a capacidade de fiscalização da Assembleia Municipal.
E, portanto, estou convicto, se esta alteração for aprovada, ganhamos todos em manter eh a capacidade de eh e a autonomia da Assembleia Municipal na fiscalização da Câmara Municipal. Muito obrigado.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer':
«Ora, novamente, bom dia. Primeiro queria falar sobre aquilo que são efetivamente o contrato interadministrativo e depois em termos de algumas intervenções que aqui foram elencadas, os contratos interadministrativos não estão celebrados.
Eles só depois estarem aqui aprovados é que podem vir a ser celebrados e sabem bem porque normalmente existe sempre uma cerimónia e ainda bem que isso acontece de assinatura dos mesmos. aquilo que eh eu vos queria dar era a minha perspectiva, a perspectiva do senhor presidente, porque tem uma perspectiva de jurista, entende que eh os juntas de freguesia terão muito mais valor.
A minha perspectiva de gestor é que iremos, os contratos interadministrativos irão perder valor. Isto porquê? Porque eh, meus senhores, num investimento de 100 unidades, anteriormente a Câmara Municipal dava 85% e a Junta de Freguesia 15%. aquele efeito de falar teoricamente de alavancagem no sentido de a própria junta de freguesia com menos recursos da própriidos por eles conseguiriam fazer muito mais digamos trabalho.
O que acontece agora é que nós não vamos ter 100 unidades de obra, nós vamos ter 85 unidades de obra, porque não há aumento de valor. O que não vamos ter efetivamente é a comparticipação, digamos, da junta. Ou seja, se formos ver os valores de contratos interadministrativos nos anos anteriores ou as obras associadas ao contratos interadministrativos, não o valor do transferido, mas as obras associadas neste ano são muito inferiores em 15% do que aquilo que eram nos anos anteriores.
Isto é uma questão que, eh, com certeza absoluta que foi assim negociado e como como tal é só um elencagem e não vou estar e a criticar essa situação, é só dar a minha perspectiva meu ponto de vista. O único ponto que nós aqui temos eh e que temos alguma preocupação é o valor que é atribuído como valor discricionário.
O senhor presidente já teve a oportunidade de explicar a razão da sua distribuição. Eh, a questão é, não havendo regra, havendo este valor a atribuir à juntas de freguesia, este valor serve sempre para ser discricionário. Porque é que não damos ali ou não damos acolá? Eu

sei que o senhor presidente diz, mas todos concordaram. Pois, mas somos 25 mais sete que estão ali.
Se o senhor presidente dissesse que dava 1.000 € a cada um, se calhar nós não íamos dizer não, porque eu que merecia 1500 e ele só merecia 500. E esta questão de aceitar é lógico, se eu tivesse lado lá, eu também aceitava. É só dizer que a acontecer a manutenção deste valor discricionário, ele não deveria se manter como discricionário ou se o executivo assim entendesse mantê-lo como valor acrescido aos contratos interadministrativos ou outros apoios que fizesse devida a regra de funcionamento e da mesma.
Relativamente eh aqui algumas eh intervenções, eh eu com a unanimidade que o executivo possa ter tido possa ter tido na sua deliberação, porque efivamente não temos atas, não temos filmagens, não temos nada, eh não deve servir como regra para nós todos funcionarmos e provarmos de acordo com aquilo que está.
Por isso, algumas palavras aqui e desculpem a expressão, não quero ofender ninguém, mas senti quase como se tivéssemos a ter aqui alguma chantagem. Temos que fazer porque está, temos que fazer. pode não ter sido com esse intuito, mas eu senti assim, quem não sente não é filho de boa gente. A, eu sei que na, sei na reunião da Câmara quando foi discutido este ponto a e que foi voto unânime todos os senhores vereadores, mas que houve a um acordo ou um OK do executivo do PSD de que este ponto eh estava eh eh iria ser aprovado, mas condicionado a ir à Câmara para a aprovação. Eu não tenho qualquer tipo de documento que possa comprovar, digamos isso. A única palavra que temos é dos senhores vereadores da própria oposição. A única forma deles falarem nesta assembleia, sem ser por defesa da honra, será sempre por permissão do senhor presidente dar a palavra aos senhores vereadores para para falarem.
Não acredito que aconteça, mas de qualquer maneira o senhor presidente com certeza poderá e esclarecer se assim foi. Assim for. No entanto, para mim e para o movimento unir para fazer, se o senhor presidente assumir aqui a palavra de que leva este assunto, o relatório final, à aprovação do executivo, o tal relatório final que poderá estar pronto em dezembro, janeiro, fevereiro ou até março de 2027.
A aprovação do executivo e posterior envio AMI para ratificar. Nós não temos qualquer tipo de problema de aceitar essa situação no que se refere ao ponto subponto que aqui estamos a falar, porque em termos dos contratos administrativos, o nosso voto é completamente favorável. É só. Muito obrigado.»

Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador, João Braga:
«Ora, muito bom dia a todos. O tempo é curto. Ah, tenho seis. Cumprimentar o senhor presidente da assembleia e o os seus secretários. Cumprimentar o senhor presidente da Câmara e o seu executivo, todos os deputados, todos o todo o público aqui presente, todo o público lá em casa.
Iniciava aqui a intervenção por alguns pontos que eu acho pertinentes. Eu não queria estar aqui muito a falar de relatórios, porque os relatórios já foram demasiado falados há meses aqui atrás e eu, por sinal, fui um a pessoa a quem mais apontaram o dedo em 14 ou 16 relatórios por um final em que eu vim aqui defender o porquê de não o entregar e fui julgado aqui praticamente por tudo e por todos pela ausência de um relatório que entreguei a seguir, não como eu queria, mas porque teve que ser.
Percebo que os relatórios sejam importantes, mas todos eles têm a sua finalidade, todos eles têm o seu conteúdo e, e são todo importante. Se eu puder fazer dois ou três e não fizer quatro, também fico contente. OK? Gostava de deixar isto aqui bem claro e gostava de deixar também aqui eh a clareza aos senhores deputados, como sempre a tive, que o relatório da Junta de Freguesia de São Salvador foi entregue dia 15 de dezembro.
O relatório final encontra-se nas mãos do senhor vereador, só para ficarem descansados que a freguesia de São Salvador continua a ser pertinente nestas coisas e a justificar quando as tem que justificar ou quando não as entrega. Pronto. Relativamente eh aos contratos interadministrativos, que é o que estamos aqui a falar hoje, falamos de um valor igual eh ao do ano anterior.
Não nos espanta. Eh, já estávamos a contar. Contudo, senhor presidente, eh poderia ter sido feito aqui um esforço maior na vertente dos contratos interadministrativos, pois é nesta vertente e nesta valência que nós demonstramos a capacidade que temos no terreno. Sem este valor, nós não conseguimos fazer nada de obra.
Estamos a falar de obra real, ou seja, este valor na Junta de Freguesia sempre e será sempre investido para a nossa população e fazemos questão disso. Se ele pudesse ser mais, mais obra certamente eh veríamos e no terreno e tão importante que era. Relativamente aos 15%. e salientar aqui que também tivemos uma discussão, nem nem posso considerar uma

discussão ou considero mais um diálogo com o senhor vereador eh muito amigável e muito saudável.
O diálogo foi profícuo eh sim senhora em que debatemos todos os pontos. Também fomos a junta de freguesia que debatemos os 15% e e fomos os primeiros a dizer que não víamos grande interesse nos 15% porque nós gastamos 20 ou gastamos 30. Ou seja, estarem lá 15, quando nós sabemos que não gastamos os 15, gastamos mais, isso não nos faria e de qualquer forma e no investimento que nós teríamos que fazer.
Logicamente que teve que haver aqui uma retificação permanente de valores, porque pensamos que este valor iria ser ligeiramente maior e não foi. Ou seja, o valor que nós chegamos à reunião de câmara, tivemos que o retificar porque não poderia ser aquele valor, porque eram os 129.000, 200 e não poderia ser os 134 que nós apresentamos.
Logo, tivemos que retificar. E falavam bem há bocado de uma plataforma, o deputado Sérgio Lopes, tivemos que abedicar dessa obra, mas eu encarecidamente pedimos para manter porque a junta de freguesia quer fazer na mesma, ou seja, quer investir os 15, 20 ou os 30% eh nessas obras que tão importante eh são.
Salientar aqui também eh que não contávamos com eh o valor da delegação de competências que com esta atualiza esta atualização temos noção e insistimos que é um valor que não se vê porque nós gastamos muito mais e posso-vos dar um exemplo que ainda agora o valor que nos estão a dar de 13.200 € nós acabamos de comprar uma máquina que custou quase 20.000 que é necessária para quê? na delegação de competências, ou seja, gastamos a máquina, não vamos gastar muito mais, mas este valor na realidade não se vê porque ele deveria ser bem maior para esta atividade que nós temos e que não de todo nós não incorporamos nos contratos interadministrativos. Eh, era esta parte que eu gostava eh de denotar.
Relativamente a este valor, fomos bem claros com o senhor vereador. Não víamos senão nenhum na distribuição equitativa. Muito bem. Temos noção da Gafanha do Carmo iria receber um valor muito inferior se fôssemos a dividir isto por território ou até por habitantes. Contudo, também mencionamos que estaremos cá para quando precisarmos. Quando a Junta do Carmo com o presidente Diamantino precisou de metade de uma carrinha, nós não nos esquecemos que eles precisaram de metade de uma carrinha.
Também não nos esquecemos que a gafanha do Carme também estamos agora a abedicar que que o fizemos com bom senso para a gafanha do Carme ter mais ou até a gafanha da encarnação. Mas fica aqui a nossa palavra com o senhor presidente da câmara. também quando necessitarmos estaremos cá para pedir e também certamente eh queremos ter uma resposta positiva.
Deixava aqui uma nota até relativamente aos documentos que vão avaliar eh nos pontos seguintes. Falamos da questão de um aumento ou de uma receita extraordinária de imi. Porque não ampliar o 1% do IMI das juntas de freguesia para 1.5 no futuro? Porque não podemos pensar nisso? Agradávamos a todos, agradávamos todas as juntas e toda a gente receberia mais.
Acho que era algo de pensar ou até na rama que temos um um valor bem mais alto que foi apresentado com com lucros que já foram declarados e vêm no nos documentos. H, mencionava também aqui e tivemos alguns problemas na elaboração do documento que detetamos algumas falhas que foram retificadas.
No entanto, pedi ao senhor presidente, página 4, cláusula 4, a partir da alínea d), vai encontrar todas as alineas erradas, ou seja, convém retificar o documento, porque o documento, mesmo depois de retificado, encontra-se eh errado. Pedia que que fizesse essa anotação. Cláusula 4, alínea d), a partir da alínea d), a alíneea repete-se em todos os parâmetros de das obras.
Por último, se me der licença, senhor presidente, só para acabar, gostava só de deixar aqui um uma última nota. Eh, eu tive a oportunidade de ver os contratos interadministrativos do das das restantes juntas. Eh, noto ou denoto como positivo todos os investimentos que todos fazem e denotei uma particularidade, todos investem e continuam a investir nos cemitérios e todos temos noção do que temos em mão e os investimentos tem que concluir também >> que temos feito.
Gostava só de deixar uma nota aqui ao senhor presidente e uma pergunta. eh a 13 de julho eh deste ano que passou, de 2025, o executivo que estava ao serviço eh do município eh na elevação de Ílhavo a Cidade denotou a construção de uma casa mortuária eh no cemitério de Ílhavo, tal como as outras já tiveram direito.
Mantém-se essa obra, esse compromisso ou podemos esquecer e comunicar à comunidade que não existirá esse investimento na casa mortuária, conforme foi feito nas outras juntas? Muito obrigado.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, Rui Dias:

«Obrigado, senhor presidente. Obrigado a todos.

O senhor deputado Pedro Martins colocou aqui uma questão interessante sobre a equidade. A equidade, como sabemos, é a repartição justa e imparcial e da riqueza também ou dos direitos entre quem precisa. reconhecer que eh as diferenças e as necessidades individuais eh podem eh ter respostas diferentes para garantir a todos oportunidades iguais.

(4:38:40) É o velho princípio de que a igualdade é tratar o igual por igual e o desigual por eh por desigual. Nós bem sabemos que onde há dois advogados há três opiniões. Nós temos aqui a infelicidade ter três advogados. Portanto, isto ainda piora um bocado essa equação, mas este é o entendimento que temos e acho que, como disse, aliás, tinha sido bem explícito em relação à opção que fizemos de distribuir esta parcela do valor do dos contratos de forma igual entre as freguesias.

Custa mais ouvi-lo dizer que eh a forma como apresentamos o ponto 10 constituiu uma desqualificação da da Assembleia Municipal. Eu recordo que fui eu quem numa assembleia anterior me propus numa discussão que tínhamos sobre o estado da dos equipamentos públicos e municipais, trazer numa próxima oportunidade uma um relatório, enfim, uma atualização para que todos nós pudéssemos saber o estado em que se encontram em que se encontram os os equipamentos públicos municipais.

Tem esse propósito apenas que era de assegurar de assegurar a máxima transparência no de acordo com com o maior a maior lealdade e a em obediência ao princípio da da maior cooperação com com a Assembleia Municipal. E, portanto, eh, bem sabemos que as competências da de acompanhamento da da AMI, eh, sobre a execução das eh dos contratos e da das ações que aqui trazemos tem as configurações legais que tem, mas o que nos propomos trazer é de facto um vídeo explicativo que não não tem descrição possível e que nos termos da lei eh que aliás eh não tem não é possível eu trazer um relatório porque eu não tenho um relatório escrito que possa partilhar convosco, porque se pudesse trazia. E além disso, o propósito da desta operação era apenas é apenas eh informar, eh partilhar e não eh exatamente discutir, embora eh certamente depois haverá um momento de discussão e de análise desse desse eh documento ou dessa peça que trarei para para a semana.

Portanto, foi é isto basicamente o que o que se pretende com com o ponto 10. Em relação a esta questão que já se arrasta há demasiado tempo sobre a proposta do Partido Socialista, eh embora eu não seja parte na nesse processo, eh o o Pedro Martins colocou uma questão e já nem sei se foi o Pedro, se foi o depois o Sérgio que é dizer que o propósito do do Partido Socialista era claro, o do o o da o da Câmara que não era muito claro.

O intuito da câmara, disse depois o João Braga a e pronto, poupou-me a, enfim, a e a a desconsideração ou a deselegância de ter que apontar alguém e foi apenas poupar algumas juntas ao desconforto de ver aqui exposta à sua dificuldade em cumprir alguns prazos, sobretudo os prazos de aprovação do dos relatórios.

Nós não temos nada a opor a trazer o o os relatórios à à Assembleia Municipal, muito muito pelo contrário. E, e entendo também, e lá está outra vez um jurista a falar e certamente que depois teremos a conclusão com os outros dois que cá estão, mas eu entendo que o facto de termos aprovado uma minuta a e que inclui uma norma e que essa norma não não constitui nenhuma obrigação para as juntas, eh, mas apenas uma obrigação para a Câmara Municipal que passa a estar obrigada e depois de analisar e aprovar a última, a versão do do último relatório, trazer aqui à Assembleia Municipal, não obriga sequer a que a minuta volte à Junta de Freguesia, porque a minuta não tem não tem necessariamente que que estar aprovada na íntegra, mas tem que estar aprovada nos seus princípios orientadores gerais e não há nenhuma obrigação nova que esteja a ser criada para as juntas, que e que no fundo seja tomada nas costas daqueles que decidiram sobre as linhas orientadoras desta desta proposta.

Este é o meu entendimento. Certamente haverá outros. Eh, hum, mas é o que eu entendo em relação a isto. Portanto, e de facto eu reitero aqui que não tenho nada a opor à à proposta que foi feita pelo pelo Partido Socialista, mas ao contrário do que diz o o Sérgio Lopes, o facto de eu não ter nada ao Porto não significa que eu vote a favor.

Também posso obster, apesar de não ter nada para opor, mas mas votaria a favor, devo dizer enfim, o João Braga veio aqui partilhar basicamente, enfim, o sua a sua interação com a Câmara na discussão do interadministrativo. A, gostava só de recordar ao João Braga, enfim, ele o que veio aqui dizer é que a e a única atualização que que teve foi na declaração da da na na delegação de competências que recebeu mais 13.000 € e comprou uma máquina de 20.000 € e, portanto, que esgotou os 13.000 € eh logo a seguir. O certo é que nos últimos 4 anos nunca recebeu 13.000 € que lhe permitissem comprar máquinas de 20. E, portanto, esta

é a diferença deste contrato em relação em relação aos anteriores. O João Braga faz também uma sugestão de que possa receber um aumento do IMI.
Eu já fui suficientemente atropelado aqui com propostas de aumentos de IMI e, portanto, essa sugestão de aumento de IMI, de transferência de imi para a junta da freguesia não merece qualquer simpatia. em relação à à casa mortuária, não está de facto prevista no nosso no nas grandes opções do plano no nosso orçamento para este ano.
Não sei quais eram os compromissos que existiam ou que foram nem não estive presente sequer na reunião do dia 13 de julho entre o executivo anterior e o atual executivo, o anterior e atual executivo da junta de freguesia. Não assumi nenhum compromisso com a junta de freguesia no sentido de construir uma casa mortuária em Ílhavo. Não consta das nossas propostas, mas não é nada para que não possamos olhar com atenção e carinho nos próximos tempos. Certamente que este ano não o faremos. Muito obrigado, senhor presidente.»

Da Assembleia Municipal
Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«A mesa a mesa propõe que se que se interrompam os trabalhos por 5 minutos. Muito bem. Até já então.»

Da Assembleia Municipal
Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Minhas senhoras e meus senhores, são quase 2 horas da manhã. Amanhã já é domingo. Muito bem. Espero que tenham aproveitado estes 5 minutos.
Vamos proceder da seguinte forma. Vamos primeiro votar a proposta de alteração à cláusula sétima. E depois vamos votar o ponto um.
Aproveito também para os senhores para vos dizer para cautelarem o dia dia 13 de março e para uma terceira sessão da Assembleia Municipal, dado que hoje terminamos ou vamos terminar, espero eu, o ponto um, não é?
Portanto, eu estava eu estava a partilhar eu estava a partilhar que vamos agora votar a proposta de alteração da cláusula sétima e a seguir vamos votar o ponto um que é os contratos interadministrativos com as freguesias 2026. E portanto vamos votar a proposta de alteração de cláusula sétima.
Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Portanto, a proposta de alteração da cláusula sétima foi aprovada por maioria com 12 votos a favor do grupo municipal do Unir Para Fazer e do grupo do Partido Socialista. Portanto, perfaz 12 votos. E com 11 abstenções. que são o grupo municipal do PSD, com exceção da deputada Margarida e do deputado José Ervins, e com a abstenção do grupo do CDS e do Chega. E dois votos contra que são da deputada Margarida Alves e do José Arvins. Portanto, a proposta de alteração da cláusula sétima foi aprovada por maioria. Declaração de voto. Querem fazer aqui? Sim. Então pode ser a Margarida, por favor.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do Partido Social Democrata:
«Eu votei contra a proposta do PS que nos entregou a proposta a decorrer o ponto.
Também eu deveria ter feito previamente eh se queria que nós e mudássemos e o sentido de voto. No modo, no não altero meu sentido de voto, nem vou sobrepor à Assembleia Municipal aos eleitos da minha freguesia onde eu resido, porque eu ando e trabalho e vivo na Gafanha da Nazaré, vivo no município de Ílhavo e eu só tenho uma palavra e gostaria que não voltasse a dizer que o facto de eu respeitar a assembleia de freguesia e o executivo de junta de freguesia das quatro estou de respeitar a assembleia municipal. porque não estou, eu sou coerente com aquilo que eu defendo, aquilo que eu acho e não gosto de politiques. Cada um assume o seu voto, eu assumo o meu. Votei contra porque entendo que e eh a interpretação foi minha, todo o processo seria alterado. Pelos vistos, e eh havia a possibilidade de votar a proposta sem alterar e sem consultar a assembleia, dos fregueses, das suas freguesias. Portanto, sobrepondo-me por causa dos relatórios aos fregueses das freguesias que são munícipes do concelho e, portanto, eu sou coerente e voto contra, porque a questão jurídica eu não vou pôr em causa, não sou advogada, não sou jurista e de leis, conheço aquilo que eu que que tento descobrir, mas uma coisa vos garanto, eu tenho coluna vertebral.»

Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, José Arvins:
«Ora bem, eu quero dizer que votei contra esta alteração do PS, esta proposta, porque quis ser solidário para com a minha assembleia de freguesia e, portanto, votei contra.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Vamos então agora proceder à votação do ponto 1, "Contratos interadministrativos com as freguesias 2026".
Quem vota contra? Quem se abstém? O ponto 1 foi aprovado por unanimidade.»

Encerramento

Ata em Minuta

Da Assembleia Municipal
Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:
«Vamos ler a Ata em Minuta e depois encerramos os trabalhos e estaremos de volta aqui no próximo dia 6. Vou pedir aqui à nossa primeira Secretária que proceda com a leitura da Ata em Minuta.»

1.º Secretário da Mesa, Domingos Vilarinho:
[Leitura da Ata em Minuta, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da Ata]

Depois de lida a ***Ata em Minuta***, submetida à votação, ***foi aprovada por unanimidade***, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da presente ata.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal, O Técnica Redator Municipal

(*Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos*) (Miguel Araújo)